

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA**

VANESSA OGLIARI

A CRÍTICA SOCIAL EM *GERAÇÃO DO DESERTO* DE GUIDO WILMAR SASSI

LAGES – SC

2025

VANESSA OGLIARI

A CRÍTICA SOCIAL EM *GERAÇÃO DO DESERTO* DE GUIDO WILMAR SASSI

Monografia apresentada à Universidade do Planalto
Catarinense – Uniplac, como parte dos requisitos para
a conclusão do Curso de Graduação de Licenciatura
em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Cândida Melo Pereira

LAGES – SC

2025

VANESSA OGLIARI

A CRÍTICA SOCIAL EM *GERAÇÃO DO DESERTO* DE GUIDO WILMAR SASSI

Monografia apresentada à Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac, como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Graduação de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

() Aprovado () Reprovado Nota: _____

Lages, _____ de _____ de 2025.

Banca examinadora:

Orientadora Profa. Ma. Maria Cândida Melo Pereira

Profa. Ma. Kátia Marlowa Bianchi Ferreira Pessoa

Prof. Me. Altamir Guilherme Wagner

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me incentivou e apoiou com amor incondicional; ao meu filho amado, que me acompanha em todos os momentos e é minha maior fonte de motivação e inspiração; ao meu namorado, pelo companheirismo constante; e aos amigos leais que seguem comigo na jornada da vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é fruto de uma caminhada repleta de aprendizados, desafios e apoio de muitas pessoas especiais, às quais expresso minha sincera gratidão. Agradeço, primeiramente, aos professores do curso de Letras por cada ensinamento compartilhado ao longo dessa trajetória, suas contribuições foram fundamentais para a minha formação acadêmica. Ao coordenador do curso, pelo comprometimento e dedicação na condução da nossa jornada formativa. Aos colegas, pela parceria, apoio mútuo e pelos momentos de troca que enriqueceram ainda mais essa vivência universitária, em especial a Solange e a Paulina, pelo incentivo, apoio e amizade demonstrados em todos os momentos. Agradeço de maneira especial à minha orientadora, Professora Mestra Maria Cândida Melo Pereira, pela orientação atenta, pelos conselhos precisos e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua escuta sensível e seu olhar criterioso foram essenciais para que esta pesquisa se concretizasse.

“Estranho procedimento do homem em relação aos livros: queima-os. A traça é mais racional e civilizada: come-os”.

Guido Wilmar Sassi

RESUMO

Este trabalho propõe a análise da crítica social presente na obra *Geração do Deserto* (2012), de Guido Wilmar Sassi, por meio de uma abordagem semântica subjetiva. A pesquisa busca compreender de que maneira as escolhas vocabulares, as imagens e a ambientação narrativa contribuem para a construção de sentidos que revelam as injustiças sociais e a marginalização dos vencidos, especialmente no contexto do episódio da Guerra do Contestado. O problema central investiga como as escolhas semânticas do autor reforçam ou questionam as noções de desigualdade e exclusão social, propondo uma leitura que transcende o discurso explícito e revela uma crítica subjacente às condições de vida das classes marginalizadas. Para fundamentar a pesquisa, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica. No primeiro capítulo, recorreu-se aos estudos de Celestino Sachet (1979, 1985, 1992), que discute a literatura em Santa Catarina e os movimentos messiânicos; Lina Leal Sabino (1981), que aborda o Modernismo em Santa Catarina; e Élio Serpa (1999), que trata da história do Contestado. O segundo capítulo apresenta uma revisão teórica sobre conceitos essenciais para a análise da crítica social, explorando estratégias semânticas e subjetivas na literatura, além da relação entre linguagem e história. Nesse contexto, autores como Antonio Candido (2002, 2006, 2023) e Ednilson Ramalho (2024) contribuem para a compreensão do uso da crítica social na obra literária. Já o terceiro capítulo oferece uma introdução à Semântica, com base nos estudos de Rodolfo Ilari e João Wanderley Geraldi (2006), além de Claudio Cezar Henriques (2011), fornecendo bases teóricas para a análise semântica do texto. Assim, o estudo reforça a percepção de que a obra de Sassi funciona como espaço de enunciação política e histórica, utilizando a narrativa como uma ferramenta de denúncia à opressão e resgate de memórias silenciadas.

Palavras-chave: Crítica social. Guerra do Contestado. Semântica Subjetiva.

ABSTRACT

The Social Criticism in *Geração do Deserto* by Guido Wilmar Sassi

This work proposes an analysis of the social criticism present in *Geração do Deserto* (2012), by Guido Wilmar Sassi, through a subjective semantic approach. The research aims to understand how lexical choices, imagery, and narrative setting contribute to the construction of meanings that reveal social injustices and the marginalization of the defeated, especially within the context of the War of the Contested. The central problem investigates how the author's semantic choices reinforce or question notions of inequality and social exclusion, proposing an interpretation that transcends explicit discourse and uncovers an underlying critique of the living conditions of marginalized classes. To underpin the research, a bibliographic review methodology was used. The first chapter relies on studies by Celestino Sachet (1979, 1985, 1992), which discusses literature in Santa Catarina and messianic movements; Lina Leal Sabino (1981), concerning Modernism in Santa Catarina; and Élio Serpa (1999), addressing the history of the Contestado. The second chapter presents a theoretical review of essential concepts for analyzing social criticism, exploring semantic and subjective strategies in literature, as well as the relationship between language and history. In this context, authors such as Antonio Candido (2002, 2006, 2023) and Ednilson Ramalho (2024) contribute to the understanding of the use of social criticism in literary works. The third chapter provides an introduction to Semantics, based on the studies of Rodolfo Ilari and João Wanderley Geraldi (2006), and Claudio Cezar Henriques (2011), offering theoretical foundations for the semantic analysis of the text. Thus, the study reinforces the perception that Sassi's work functions as a space for political and historical enunciation, employing narrative as a tool for denouncing oppression and recovering silenced memories.

Keywords: Social criticism. Contested War. Subjective Semantics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Caminhos de tropas e áreas de presença histórica Kaingang e Xokleng	15
Figura 2 -	Caminho Real do Viamão (RS-SP)	17
Figura 3 -	Corredor de taipas, Caminho das Tropas, Lages/SC	18
Figura 4 -	Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande	30
Figura 5 -	“Fanáticos” após rendição - Canoinhas, 1915	35
Figura 6 -	Guido Wilmar Sassi, lançamento de São Miguel, São Paulo 1962	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPÍTULO 1 - PLANALTO SERRANO CATARINENSE: HISTÓRIA E LITERATURA NA ERA MODERNA	13
1.1 HISTÓRIA E OCUPAÇÃO DA REGIÃO SERRANA	14
1.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MODERNISMO EM SANTA CATARINA	21
1.3 GERAÇÃO DA ACADEMIA E O GRUPO SUL.....	23
1.4 LITERATURA E CULTURA DA REGIÃO SERRANA.....	25
1.5 HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: A GUERRA DO CONTESTADO.....	28
2 CAPÍTULO 2 - LITERATURA COMO ATO DE RESISTÊNCIA: A GUERRA DO CONTESTADO E OS ECOS DO DESERTO.....	37
2.1 A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE CRÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	37
2.2 TRAJETÓRIA DE GUIDO WILMAR SASSI: SER HUMANO E ESCRITOR	40
2.3 ENTRE O MITO E A HISTÓRIA: A RECONSTRUÇÃO LITERÁRIA DO CONTESTADO EM <i>GERAÇÃO DO DESERTO</i>	46
3 CAPÍTULO 3 - SENTIDOS DA RESISTÊNCIA: A CRÍTICA SOCIAL EM <i>GERAÇÃO DO DESERTO</i> SOB UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICA.....	51
3.1 O USO DA SEMÂNTICA PARA ENTENDER A SUBJETIVIDADE SOBRE A CRÍTICA SOCIAL PRESENTE EM <i>GERAÇÃO DO DESERTO</i>	51
3.2 LEITURA SEMÂNTICA DA CRÍTICA SOCIAL EM <i>GERAÇÃO DO DESERTO</i>	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A literatura configura-se como um instrumento poderoso de reflexão e crítica das realidades sociais, políticas e culturais. Por meio das palavras, os escritores têm a capacidade de interpretar o mundo, problematizar seus conflitos e provocar mudanças de pensamento. Nesse sentido, a literatura se torna uma aliada na denúncia das desigualdades, revelando as contradições da sociedade e oferecendo ao leitor a possibilidade de desenvolver uma consciência crítica. No Brasil, obras que promovem esse tipo de abordagem têm papel fundamental na construção de uma identidade literária engajada, sensível às questões históricas e sociais que moldam a realidade.

É dentro desse contexto que se insere *Geração do Deserto* (2012), romance de Guido Wilmar Sassi. Publicado em meio a um cenário de efervescência política e social, o livro se destaca por retratar, de forma intensa e simbólica, os desafios enfrentados por uma geração em crise. A narrativa, ambientada no interior catarinense e inspirada na Guerra do Contestado, articula ficção e crítica social, revelando os efeitos da exclusão, da opressão e da violência institucional sobre os sujeitos marginalizados. Através de personagens complexos, Sassi tece uma trama marcada pelo deslocamento, pela busca de pertencimento e pela resistência silenciosa de uma população esquecida pelas estruturas de poder. (Miranda, 1997)

Guido Wilmar Sassi, natural de Lages (SC), nascido em 1922, foi um autor autodidata, cuja formação se deu inteiramente por meio da leitura. Ainda jovem, demonstrou grande interesse por temas variados, transitando entre a ficção científica, o realismo psicológico, o simbolismo e a crítica social. Sua trajetória literária é marcada por um olhar atento às transformações do Brasil rural e urbano, especialmente em relação às consequências da modernização excludente. Segundo Lionete Garcia Melo (1978), os contos e romances de Sassi não apenas estão situados na região, mas são expressões vivas dela, articulando a linguagem, os mitos e os modos de vida locais em uma narrativa de alcance universal.

A crítica social em *Geração do Deserto* se manifesta tanto em sua temática quanto em sua linguagem. A obra utiliza recursos linguísticos e semânticos para construir sentidos implícitos que questionam o sistema social vigente. Marisa Lajolo (1984) ressalta que, ao conceber a literatura como uma prática social culturalmente situada, é preciso considerar que a legitimação do literário se dá por meio do sistema em que o texto circula, ou seja, a literatura não apenas representa a sociedade, mas a integra criticamente como discurso participante. Assim, Sassi propõe uma narrativa crítica que combina realismo histórico e construção

simbólica para provocar o leitor a uma reflexão mais profunda sobre as estruturas de dominação.

A crítica social na literatura reside na sua capacidade de promover a reflexão crítica e o engajamento com questões importantes da sociedade. Através da análise da obra literária, é possível gerar debates que desafiam a situação atual e instigam a busca por mudanças sociais. A análise da crítica social em *Geração do Deserto* permite compreender como a obra de Sassi representa uma geração marcada por impasses existenciais e sociais, ao mesmo tempo em que mobiliza o leitor para refletir criticamente sobre o papel da literatura como agente de transformação na construção de uma sociedade mais equitativa.

A escolha desta obra se justifica pela sua relevância literária e social. Ao abordar questões como desigualdade, exclusão e deslocamento, *Geração do Deserto* amplia o entendimento das condições sociais de grupos marginalizados e convida o leitor a refletir sobre sua própria inserção no tecido social. Em um país ainda marcado por desigualdades profundas, analisar uma narrativa como a de Sassi contribui para o fortalecimento de práticas educativas e críticas, essenciais para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados. (Sachet, 1979)

Além disso, a pesquisa propõe um olhar voltado para a linguagem como ferramenta crítica, investigando como os elementos semânticos e subjetivos presentes na obra constroem sentidos que ultrapassam o discurso explícito. A subjetividade na escolha vocabular, na construção das imagens e na ambientação narrativa permite ao autor uma abordagem sutil, porém incisiva, sobre as injustiças sociais. Como observa Miranda (1997), Sassi recorre à intertextualidade entre história e ficção para reconstruir criticamente a memória do Contestado, inserindo o leitor em uma rede de significados que transcende o evento histórico e alcança a crítica social contemporânea.

A questão central que norteia essa pesquisa é: Como as escolhas semânticas de Guido Wilmar Sassi em *Geração do Deserto* constroem uma crítica social subjetiva, e de que maneira essas escolhas linguísticas reforçam ou questionam as noções de desigualdade e marginalização social presentes na obra? Através de uma análise semântica subjetiva, pretende-se identificar como os significados implícitos formam uma rede de interpretações críticas sobre a sociedade, oferecendo ao leitor uma reflexão sobre as condições de vida das classes marginalizadas.

A hipótese para esta pesquisa é: Por intermédio de uma linguagem carregada de subjetividade, Guido Wilmar Sassi constrói uma crítica social implícita em *Geração do Deserto*, na qual a desigualdade e a exclusão social são evidenciadas pela escolha semântica

de palavras. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar a crítica social presente em *Geração do Deserto* a partir de uma abordagem semântica subjetiva. Como objetivos específicos, propõe-se: investigar como a linguagem e as escolhas semânticas contribuem para a construção dessa crítica social; examinar de que modo a linguagem subjetiva evidencia as desigualdades sociais; e identificar o papel da subjetividade na formulação de uma crítica social implícita.

A estrutura desta pesquisa foi organizada em três capítulos principais. O primeiro capítulo contextualiza historicamente e literariamente a obra *Geração do Deserto* e sua relação com a literatura catarinense, situando Guido Wilmar Sassi dentro do cenário do Modernismo brasileiro e regional. Nesse segmento, são abordados aspectos históricos do período, como a ocupação do Planalto Serrano Catarinense, a Guerra do Contestado sob o ponto de vista histórico, que influencia direta e tematicamente a narrativa. Autores como Fátima Regina Althoff e Ricardo Almeida contribuíram para compreender as políticas de preservação do patrimônio e a importância da literatura como ferramenta de reflexão crítica, temas que orientam a análise da obra no contexto de sua relevância social e histórica.

O segundo capítulo fundamenta-se em uma revisão teórica que aborda conceitos essenciais para a análise da crítica social presente em *Geração do Deserto*. São discutidos autores como Antonio Candido, Celestino Sachet, Heloísa Miranda, Lionete Garcia Melo e Marisa Lajolo, que contribuem para a compreensão da linguagem literária e da crítica social. Nesse contexto, são exploradas a trajetória de Guido Wilmar Sassi como também o resumo de seu livro *Geração do Deserto*. Assim, o capítulo fornece embasamento teórico que permitirá uma leitura aprofundada das nuances linguísticas e temáticas que sustentam a crítica social, consolidando uma abordagem multidisciplinar que une literatura, linguística e história.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise da obra, concentrando-se na identificação dos recursos linguísticos e temáticos que articulam a crítica social, relacionando a hipótese previamente formulada com os trechos selecionados do romance para demonstrar como a linguagem constrói essa crítica de modo implícito e subjetivo. A análise pretende destacar a importância do uso de estratégias semânticas que reforçam a resistência e o protagonismo dos sujeitos marginalizados, reforçando o papel da literatura como instrumento de denúncia e transformação social.

CAPÍTULO 1 - PLANALTO SERRANO CATARINENSE: HISTÓRIA E LITERATURA NA ERA MODERNA

A interseção entre história e literatura no Planalto Catarinense revela como os elementos culturais, históricos e regionais se inscrevem nas produções literárias locais. Com o intuito de aprofundar essa análise, realiza-se uma revisão de eventos significativos que marcaram a trajetória da região durante o período moderno.

O Planalto Serrano Catarinense constitui uma das regiões mais emblemáticas do Sul do Brasil. Situada no centro do estado de Santa Catarina, essa região se destaca por sua diversidade cultural, pelas especificidades geográficas e pelas múltiplas camadas históricas que configuram seu território. Com uma paisagem marcada por campos abertos, geadas intensas e um relativo isolamento geográfico, o Planalto tornou-se palco de processos históricos que vão desde a ocupação indígena milenar até os ciclos de imigração europeia e conflitos como a Guerra do Contestado.

A construção da identidade literária catarinense, especialmente no contexto do Planalto Serrano, não pode ser dissociada das transformações sociais, políticas e culturais ocorridas ao longo do século XX. Neste capítulo, analisaremos como o processo de modernização urbana e institucional do estado influenciou diretamente a produção artística local, com destaque para os movimentos que tentaram consolidar uma estética moderna em sintonia com as especificidades regionais.

Conforme demonstram autores como Kammers (2008) e Sabino (1981), os projetos de reconfiguração urbana e valorização das artes visuais e literárias em Santa Catarina refletiram tanto o desejo de inserção nos debates nacionais quanto as contradições de uma sociedade marcada por desigualdades e conservadorismo. No campo arquitetônico, a coexistência entre o neocolonialismo e o Modernismo expressou as tensões entre tradição e inovação, revelando o esforço do estado em afirmar uma identidade cultural própria diante das pressões do modelo estético dominante.

A partir dessas transformações, será possível observar como a literatura se consolidou como espaço de resistência simbólica, crítica social e valorização da memória coletiva serrana. A revisão da produção literária regional evidencia o papel da literatura como agente de preservação das identidades locais e como meio de expressão das tensões sociais vividas pelas populações interioranas.

No decorrer do capítulo, abordaremos o contexto histórico e a ocupação da Região Serrana; o Modernismo em Santa Catarina; as manifestações culturais e linguísticas que

caracterizam a literatura da região serrana, com destaque para os vínculos entre literatura, identidade e crítica social; o surgimento da Academia Catarinense de Letras e os primeiros embates entre o tradicionalismo literário e os impulsos renovadores do Modernismo; e a Guerra do Contestado. Tais reflexões servirão de base para compreendermos como o romance *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, insere-se nesse cenário como uma obra emblemática de crítica social enraizada na cultura serrana.

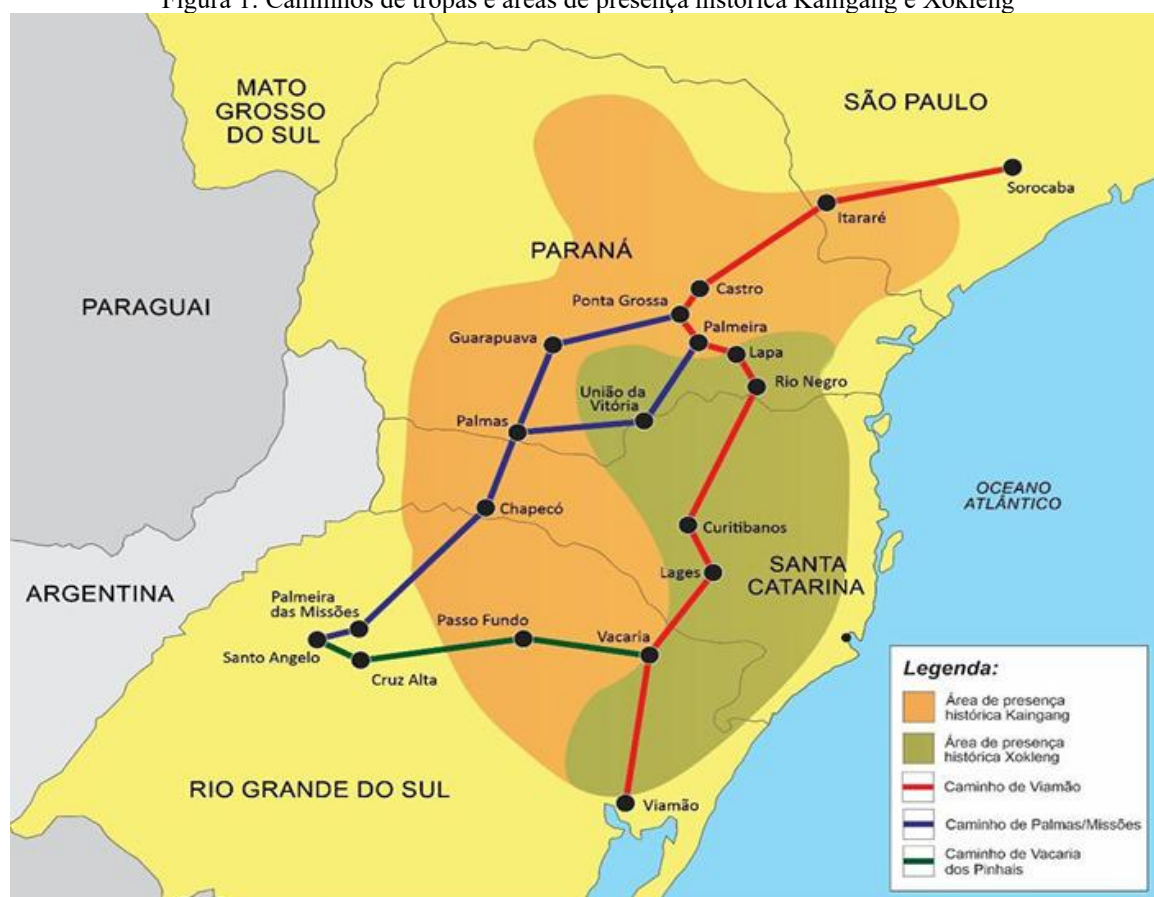
1.1 HISTÓRIA E OCUPAÇÃO DA REGIÃO SERRANA

Localizada na parte central do estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, a região do Planalto Catarinense, também chamada de Serra Catarinense ou Campos de Cima da Serra, caracteriza-se por abrigar uma rica diversidade de populações, tradições culturais e trajetórias históricas (Peixer, 2023). O Planalto Catarinense, especialmente a região do Vale do Contestado, foi constituído ao longo dos últimos séculos por uma importante diversidade de povos que tiveram influência das populações originárias, dos tropeiros e da cultura cabocla, da Guerra do Contestado, das populações escravizadas, das migrações europeias e dos movimentos migratórios contemporâneos. (Granada, 2023)

Estudos sobre a ocupação territorial no sul do Brasil desvelam que os povos indígenas Xokleng e Kaingang habitavam uma vasta região que se estende do Planalto de São Paulo ao Rio Grande do Sul, incluindo áreas como o Planalto Norte, Planalto Serrano, Meio Oeste e Oeste de Santa Catarina, além de parte dos Campos Gerais, Centro, Centro-Sul e Vale do Rio Iguaçu no Paraná. Essa região integra o chamado Território do Contestado, que foi palco de disputas territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Há também a presença milenar de sociedades Tupi-Guarani na região do Planalto Catarinense.

De acordo com Wiik e Muchalovski (2023), a criação de fazendas nos Campos de Lages, Curitiba e Guarapuava teve início apenas com a abertura do Caminho das Tropas, em 1728. A partir desse momento, a ocupação do território, tradicionalmente habitado por povos indígenas, passou a ocorrer de forma mais sistemática, impulsionada pela chegada de diversos grupos não indígenas, o que também favoreceu o surgimento de vilarejos e, posteriormente, cidades. Além disso, a partir de 1829, somou-se a esse processo a imigração europeia.

Figura 1: Caminhos de tropas e áreas de presença histórica Kaingang e Xokleng



Fonte: Wiik e Muchalovski (2023)

Durante a Guerra do Contestado, os povos indígenas Kaingang e Xokleng estavam presentes em todo o Planalto e participaram do conflito de diversas formas, estabelecendo alianças e relações de troca com os sertanejos envolvidos na revolta. Essa participação incluía desde a integração aos redutos até o fornecimento de alimentos e acolhimento dos combatentes em suas aldeias. É importante destacar que, na percepção indígena, nem todos os brancos eram vistos da mesma forma, muitos caboclos chegaram a ser “indianizados” pelos próprios indígenas, formando, assim, uma nova frente de resistência diante da elite nacional emergente que ameaçava suas existências. (Wiik e Muchalovski, 2023)

Vale ressaltar o trecho de Wiik e Muchalovski (2023, p. 30):

Elaborou-se uma narrativa da história do Planalto Catarinense que desconsiderava, já a partir do início do século XX, a existência de indígenas não aldeados na região. Porém, eles continuaram e continuam vivendo na região em pequenas vilas do interior. Formaram família com pessoas caboclas remanescentes do Movimento do Contestado, morando geralmente próximos das serras e grotões, vivendo da agricultura de subsistência e de pequenas trocas, ligados às tradições católicas populares de devoção ao Monge São João Maria ou vivendo entre as comunidades e vilas rurais e as periferias das cidades, trabalhando nas indústrias, fazendas e plantações sazonais.

Construiu-se uma versão da história do Planalto Catarinense que silenciou a presença dos indígenas que não viviam em aldeias formais. No entanto, esses povos nunca deixaram a região. Permaneceram ali, integrados às comunidades caboclas, preservando tradições e modos de vida, transitando entre o campo e a cidade para garantir sua sobrevivência.

Diante do exposto, segundo Wiik e Muchalovski (2023), além das terras oficialmente demarcadas para os indígenas, esses povos e seus descendentes, muitas vezes identificados como caboclos, ainda vivem na região do Território do Contestado, especialmente nas periferias urbanas e ao longo do antigo traçado da ferrovia. Atualmente, estão inseridos em diversos contextos sociais, como pequenos agricultores, trabalhadores rurais, empregados de grandes propriedades e boias-frias. Compreender a participação indígena na Guerra do Contestado, assim como sua presença contínua na região, é essencial para entender de forma mais ampla e precisa o processo de povoamento e formação social do território.

A autora Peixer (2023, p. 51) destaca que “Há diversas formas de olhar, relatar e compreender as estratégias de ocupação e formação dos territórios e identidades da Serra Catarinense.” Para a autora, a Serra Catarinense revela sua complexidade por meio de múltiplos olhares, que evidenciam a diversidade étnica, cultural, econômica, territorial e simbólica da região.

Sob uma perspectiva étnico-cultural, destaca-se inicialmente a presença dos descendentes de italianos, alemães, japoneses, poloneses, açorianos e portugueses. No entanto, um olhar mais atento revela também a presença de descendentes africanos oriundos de regiões como Congo, Zimbábue e Cabo Verde. E, com ainda mais profundidade, tornam-se visíveis os povos originários (Kaingang, Xokleng e Guarani) que são parte essencial da formação histórica e social do território.

Do ponto de vista econômico, a região é marcada por atividades como o tropeirismo, a pecuária, a extração de madeira, a agricultura nas fazendas, o turismo rural e o aproveitamento dos recursos hídricos por meio de usinas hidrelétricas. Na dimensão do uso do território, observam-se fazendas, sítios, cidades, distritos, casas, jardins e quintais, compondo a paisagem material da Serra. Já os elementos culturais se manifestam nas festas locais, na tradição do pinhão, nas exposições agropecuárias, nos rodeios e nos torneios de laço, que revelam o modo de vida serrano. A religiosidade também ocupa um lugar importante, expressando-se por meio de igrejas, mesquitas, terreiros e diferentes vertentes religiosas, tanto institucionais quanto populares, como nos caminhos trilhados pelo Monge João Maria.

Por fim, o olhar político e social evidencia as lutas históricas, como aquelas travadas pelas comunidades quilombolas, durante a Guerra do Contestado, na efêmera República

Juliana, ou nos movimentos contemporâneos de atingidos por Barragens. Essas múltiplas dimensões estão impressas na materialidade das paisagens urbanas e rurais, nos traçados das cidades, nos hábitos cotidianos e nas práticas de vida. Juntas, configuram a riqueza econômica, social, política, cultural e ambiental da Serra Catarinense. (Peixer, 2023)

No século XVIII, a criação de rotas terrestres entre a Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e a Capitania de São Paulo, conhecida como “Caminho das Tropas”, marcou uma mudança significativa na Serra Catarinense. A oficialização desse trajeto impulsionou a formação de vilas, a concessão de terras a representantes da coroa, a criação de fazendas e o estabelecimento de estruturas administrativas locais. Vale destacar que esses caminhos muitas vezes seguiam rotas já utilizadas pelos povos indígenas, evidenciando um processo de sobreposição e ocupação de seus territórios tradicionais.

Figura 2: Caminho Real do Viamão (RS-SP)

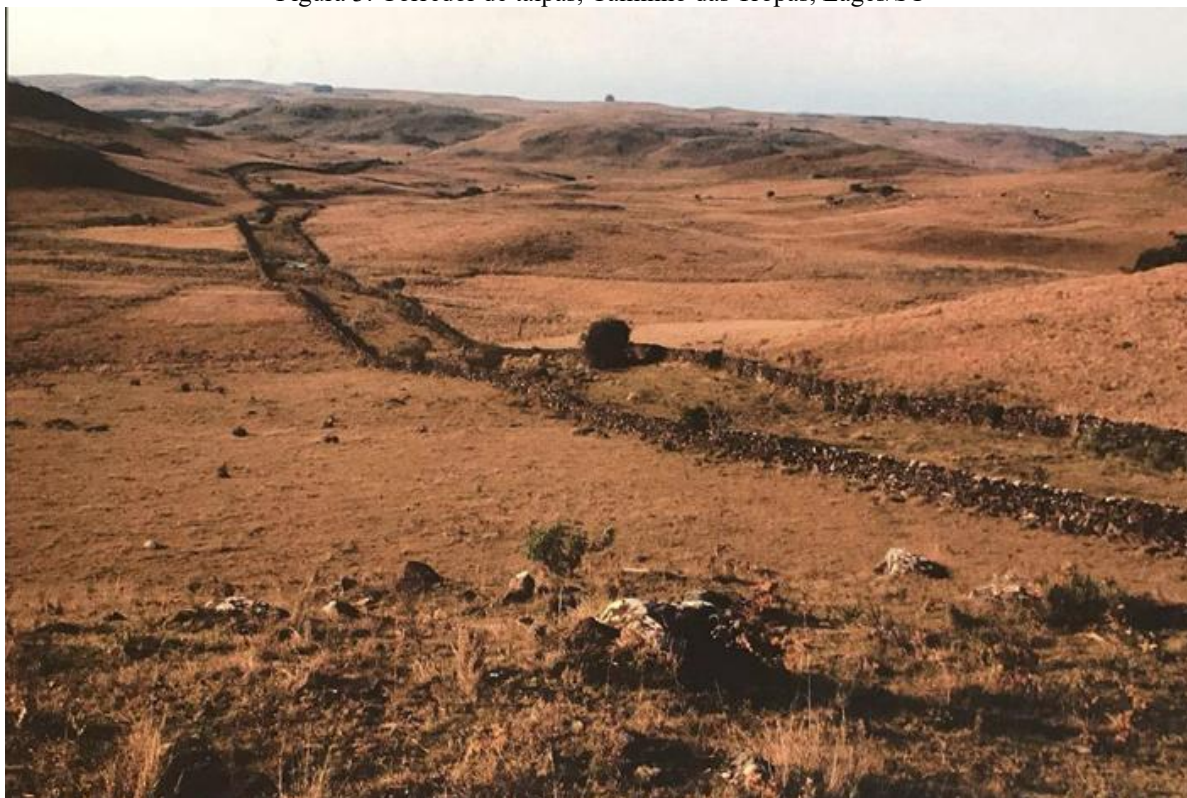


Fonte: Blog da Família Arruda, disponível em: <https://arrudafamilias.blogspot.com/2011/09/caminho-real-do-viamao-o-corredor-das.html> (2011)

Na figura anterior, observa-se o caminho de Viamão, rota terrestre usada principalmente por tropeiros que transportavam gado, mulas e mercadorias entre os campos

de criação do Rio Grande do Sul e os mercados consumidores em São Paulo, passando por regiões de Santa Catarina e Paraná. No Real Caminho de Viamão, que cruzava os campos da Serra Catarinense, foram construídos muros de pedra, conhecido como taipas.

Figura 3: Corredor de taipas, Caminho das Tropas, Lages/SC



Fonte: Imagens do projeto Saberes e Fazer: cores e sabores da Coxilha Rica (IPHAN, 2009)

Os muros de taipas (construções feitas com terra socada) são marcas físicas deixadas pelos tropeiros e fazendeiros da época. Eles serviam para delimitar propriedades rurais e pastos; conduzir o gado por trechos específicos do caminho e proteger áreas cultivadas ou impedir que o gado escapasse. Esses muros são patrimônio histórico e cultural, e muitos ainda podem ser vistos, especialmente no entorno de Lages e outras áreas da Serra Catarinense.

O Planalto Catarinense era uma área estratégica para o repouso, alimentação e engorda do gado antes de continuar a longa jornada. Surgiram povoados e vilas em torno dos pontos de parada, muitos dos quais se tornaram cidades importantes, como por exemplo, Lages. Houve o desenvolvimento da pecuária extensiva na região o que estimulou a ocupação do interior, anteriormente pouco explorado pelos colonizadores portugueses.

Outro caminho que auxiliou no processo de ocupação do território, de acordo com Peixer (2023), foi o “caminho sobre as florestas”. No início do século XX, o ciclo da madeira consolidou-se como uma atividade econômica central na região, especialmente com a intensificação da extração de madeira. Esse processo teve início no começo do século e está

diretamente ligado ao contexto da Guerra do Contestado (1912–1916), marcada pela disputa territorial. A concessão de terras à empresa *Brazil Railway*, encarregada de construir a estrada de ferro, resultou na expulsão de populações locais e na exploração das florestas. Em troca da obra, a empresa recebeu direitos sobre a extração madeireira e a venda das terras a migrantes, reforçando o traçado da ferrovia como mais um marco de ocupação e conflito na região.

Segundo ainda a autora Peixer (2023, p. 56) “no processo de extração de madeira, já nas décadas de 40 e 60, que irá representar, por um lado, um processo de crescimento econômico e populacional, e por outro, um intenso processo de desmatamento[...]”, nota-se que a extração da madeira representou uma nova fase do desenvolvimento regional. A demanda por madeira atraiu investimentos, trabalhadores e migrantes para o Planalto Serrano e isso levou à formação de novas comunidades, à abertura de estradas e ao fortalecimento de centros urbanos. Assim, a madeira passou a ser um eixo estruturante da economia local, impulsionando a colonização através da criação de empregos e da circulação de riquezas.

Esses caminhos contribuíram para a configuração dos mosaicos territoriais da região, marcados por conflitos, articulações e formas de resistência. Nesse processo, geraram-se tanto desigualdades quanto expressões de diversidade, oferecendo diferentes perspectivas para entender a formação dos territórios locais.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a expansão de algumas atividades econômicas, como a agropecuária, a madeireira e o extrativismo da erva-mate, foram despertando o interesse de fazendeiros locais e de empresas colonizadoras sobre as riquezas existentes no território. As empresas colonizadoras ganharam do Estado o direito de vender lotes de terras devolutas na região (áreas de terra que não pertenciam formalmente a particulares nem estavam sob posse efetiva do Estado ou da União), fato que intensificou os conflitos fundiários entre fazendeiros e camponeses, entre fazendeiros e agregados e entre camponeses e indígenas (Bosetti, 2023). Ainda de acordo com Bosetti (2023, p. 98) “A terra tornou-se objeto de disputa sob diferentes perspectivas: para alguns representava um ativo econômico com o qual poderia se obter renda; para outros, era o espaço da vida.” Para a população local, a terra era um espaço de pertencimento e de vida cotidiana, enquanto, para os novos agentes da colonização e do capital, ela passou a ser uma mercadoria, gerando disputas que marcaram profundamente a história da região.

A aplicação da Lei de Terras após a Proclamação da República, em 1889, teve um papel fundamental na ocupação e reorganização territorial do Planalto Serrano. Com ela, o governo passou a promover uma nova etapa de colonização, baseada na concessão de grandes faixas de terra para empresas privadas, especialmente aquelas responsáveis pela construção

de ferrovias. Essa política visava integrar economicamente o território nacional, estimulando o crescimento de áreas até então isoladas (Bosetti, 2023). Esse processo fez com que os recursos naturais da região, como a madeira, a erva-mate e a própria terra, passassem a ser vistos como mercadorias, ou seja, bens passíveis de exploração econômica. Isso marcou uma mudança significativa na forma como o território era ocupado e utilizado, substituindo relações tradicionais de uso da terra por uma lógica de mercado e de apropriação privada.

Paralelamente, as disputas entre os estados de Santa Catarina e Paraná e os movimentos religiosos de caráter messiânico interferiram diretamente nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas da região. Esses fatores culminaram na Guerra do Contestado, conflito que não apenas marcou a história regional, mas também resultou na expropriação de inúmeros camponeses de suas terras. As consequências desses processos, somadas às mudanças econômicas e tecnológicas que ocorreram ao longo do século XX, transformaram profundamente a agricultura local e o espaço rural, consolidando um novo modelo de ocupação do território, muitas vezes excludente e baseado na exploração intensiva dos recursos naturais. (Bosetti, 2023)

A ocupação do território catarinense, especialmente do Planalto Serrano, foi marcada por uma dinâmica histórica complexa, envolvendo diversos atores sociais e interesses econômicos em disputa, que transformaram profundamente a configuração da região. Entre os principais episódios desse processo está a Guerra do Contestado, resultado da sobreposição de interesses entre o Estado brasileiro, empresas estrangeiras e as populações locais. Um dos agentes centrais nesse conflito foi a *Brazil Railway Company*, empresa norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul. Como forma de pagamento, ela recebeu vastas extensões de terras devolutas, áreas públicas tradicionalmente ocupadas por camponeses e indígenas.

Essas terras foram repassadas à sua subsidiária, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, para exploração comercial e colonização europeia. Esse processo levou à expulsão sistemática de sertanejos, indígenas Kaingang e Xokleng, e pequenos posseiros, que ocupavam a região há gerações sem títulos de propriedade formal. A perda dessas terras, somada às precárias condições sociais e à ausência de alternativas econômicas, alimentou a resistência popular e culminou no levante armado conhecido como Guerra do Contestado. (Peixer, 2023)

A região do Planalto Serrano mantém até hoje a marca da diversidade étnica e cultural formada ao longo de sua história. Além dos descendentes de europeus, há também populações afrodescendentes, caboclas e indígenas que resistiram e ainda resistem, muitas vezes vivendo

em áreas rurais, vilas ou periferias urbanas, preservando tradições, religiosidades populares e práticas culturais próprias. A ocupação da região, portanto, não pode ser entendida apenas como um processo linear e pacífico de colonização, mas como um mosaico de relações marcadas por conflitos, resistências, articulações e permanências.

1.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MODERNISMO EM SANTA CATARINA

A modernidade, compreendida entre os séculos XIX e ao longo do século XX, caracteriza-se por um contexto de incertezas, racionalização e ênfase no subjetivismo, em que o ser humano passa a buscar sentido nas próprias construções abstratas. No entanto, é interessante observar que o Modernismo brasileiro, em seus primeiros momentos, não dialoga diretamente com esse ideário moderno, uma vez que suas principais influências artísticas ainda estavam fortemente atreladas à tradição europeia. (Souza, 2015)

O processo de modernização em Santa Catarina, especialmente na cidade de Florianópolis, refletiu diretamente as dinâmicas de exclusão e centralização típicas dos projetos urbanísticos modernistas brasileiros. Segundo Kammers (2008), a modernização da capital catarinense promoveu uma reorganização espacial que privilegiou regiões centrais e de interesse turístico em detrimento de áreas habitadas por populações tradicionais, como os pescadores da Tapera da Base. As obras de infraestrutura urbana, entre elas a construção da Ponte Hercílio Luz, representaram não apenas o avanço da engenharia e da estética modernista, mas também a consolidação de uma lógica segregadora que marginalizou modos de vida considerados arcaicos frente ao ideário do progresso.

Esse processo se articula ao movimento mais amplo do Modernismo em Santa Catarina, o qual, conforme analisa Lina Leal Sabino (1981), não se restringiu à literatura, mas também atravessou as artes visuais, a música e a arquitetura, assumindo características próprias a partir das especificidades culturais e sociais do estado. A tentativa de afirmação de uma identidade catarinense moderna passava por tensionamentos entre tradição e inovação, revelando-se, por exemplo, na coexistência de estilos como o neocolonial e o modernista. Esse hibridismo estético-cultural refletia as contradições internas do estado, que buscava se projetar como moderno sem romper integralmente com suas heranças conservadoras.

No campo arquitetônico, observa-se a valorização de estilos que resgatavam referências do passado colonial, como o neocolonial, presente em prédios públicos e

residenciais entre as décadas de 1930 e 1960. Conforme apontam os documentos do Grupo Sul, esse estilo foi reinterpretado como símbolo de identidade regional, especialmente nas cidades serranas, funcionando como ponte entre o erudito e o popular. Contudo, essa valorização visual da tradição não foi acompanhada por políticas públicas eficazes de preservação. A falta de incentivos à conservação do patrimônio arquitetônico catarinense demonstra o paradoxo de um Estado que, ao mesmo tempo em que busca afirmar sua identidade, negligencia seus próprios marcos históricos e culturais. (Althoff, 2008)

Outro elemento importante no contexto modernista catarinense foi a criação de instituições voltadas à valorização das artes e da história local. O Museu de Arte Moderna de Florianópolis (posteriormente Museu de Arte de Santa Catarina – MASC), idealizado por intelectuais do Grupo Sul, buscava consolidar um espaço de fomento às expressões artísticas modernas. Entretanto, como observa Kammers (2008), a fragilidade das estruturas institucionais, a carência de recursos e a instabilidade política impediram a consolidação de um projeto museológico contínuo. A criação do MASC, apesar de relevante, expõe as dificuldades enfrentadas por agentes culturais locais diante da falta de políticas consistentes de apoio à cultura.

A atuação da associação Pro Arte, fundada por imigrantes alemães no início do século XX, também teve papel central na circulação de ideias e expressões artísticas modernas em Santa Catarina. Como destaca Vianna Neto (2022), a entidade foi responsável por promover intercâmbios culturais entre artistas brasileiros e europeus, contribuindo para o desenvolvimento de uma estética modernista localmente contextualizada. No entanto, durante a década de 1930, a ascensão do regime nazista na Alemanha teve reflexos diretos na associação, que passou a sofrer intervenção política e a operar sob orientação autoritária. Esse episódio demonstra como os ideais modernistas de liberdade criativa foram atravessados por eventos políticos globais, afetando diretamente os espaços de produção artística no estado.

O Grupo Sul, formado por artistas e intelectuais como Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel, Ody Fraga e Silva, Eglê Malheiros, Antonio Paladino, entre outros, consolidou-se como o principal movimento modernista catarinense. De acordo com os registros documentais do grupo, sua atuação entre 1948 e 1957 representou um esforço consciente de inserção de Santa Catarina no debate nacional das vanguardas culturais, através de publicações como a Revista *Sul* e da realização de exposições, saraus e debates. No entanto, como aponta Kammers (2008), o grupo também enfrentou resistência por parte de setores conservadores da sociedade, sendo muitas vezes marginalizado no circuito cultural hegemônico.

Assim, a história do Modernismo em Santa Catarina revela-se marcada por

contradições e disputas simbólicas. A busca por uma identidade cultural moderna se deu por meio de estratégias de afirmação local, mas também foi atravessada por limitações estruturais, repressões políticas e descontinuidades institucionais. Esse cenário, ao mesmo tempo em que aponta para a riqueza do movimento, também denuncia as fragilidades das políticas culturais no estado, elementos que ajudam a compreender os contextos históricos e sociais que influenciaram os autores locais, como Guido Wilmar Sassi e a crítica social presente em sua obra *Geração do Deserto*.

1.3 GERAÇÃO DA ACADEMIA E O GRUPO SUL

A criação da Sociedade Catarinense de Letras, idealizada por Altino Flores e Othon d'Eça em 1912, representou um marco importante na institucionalização da literatura no estado. Inspirada em modelos acadêmicos nacionais e internacionais, a iniciativa ocorreu em um período de conservadorismo estético e político, o que dificultava a penetração de novas correntes literárias. Conforme analisa Celestino Sachet (1985), a literatura catarinense naquele momento ainda enfrentava forte influência do romantismo tardio e do parnasianismo, mesmo diante do florescimento de estéticas inovadoras em centros como São Paulo.

O ambiente intelectual da época, embora ainda preso a formas literárias tradicionais, já manifestava sinais de inquietação. Jovens leitores e escritores demonstravam crescente interesse por autores estrangeiros e movimentos modernos, buscando alternativas às heranças de Cruz e Sousa e Virgílio Várzea. Como destaca Lina Leal Sabino (2005), esse grupo encontrou certa acolhida no governo de Hercílio Luz (1918–1922), que apoiou iniciativas culturais ainda que dentro dos limites de um neoparnasianismo oficializado.

Em 1920, a Sociedade Catarinense de Letras foi formalmente estabelecida, reunindo nomes como Henrique da Silva Fontes e Francisco Barreiros Filho, que passaram a promover atividades culturais e a valorização da língua portuguesa em meio a tensões políticas e instabilidades regionais. A própria organização da sociedade demonstrava um compromisso com a preservação e a valorização da produção literária regional. No trecho seguinte é possível observar os compromissos da Sociedade:

A sociedade, constituída e organizada, se compromete: elaborar um dicionário bibliográfico catarinense; organizar um glossário de provincialismo usados em nosso Estado; coligir e mandar imprimir em volume as publicações esparsas e inéditas de escritores locais já falecidos; auxiliar a impressão de obras de reconhecido mérito de escritor catarinense e de obras literárias de assunto catarinense escritas por autor de qualquer naturalidade; conceder prêmios às produções literárias; publicar, trimestralmente, uma revista. (Sachet, 1985, p. 75)

A discussão sobre o Modernismo em Santa Catarina, entretanto, sempre foi cercada de controvérsias. Osvaldo Ferreira de Mello, citado por Sachet (1985), afirma que o primeiro Modernismo não teve representantes no estado, e que os acontecimentos de São Paulo passaram praticamente despercebidos pelos meios culturais locais. Sachet contesta essa leitura, argumentando que houve sim manifestações e recepção das ideias modernistas em Florianópolis, mesmo que de forma pontual. Ele menciona, por exemplo, o artigo “A Arte Moderna”, publicado pelo jornal *O Estado* em fevereiro de 1922, como evidência do debate já existente naquele momento entre os intelectuais locais.

Além disso, a presença de figuras como o pintor Augusto Hantz, cuja exposição no Clube Concórdia gerou intenso debate crítico, e a visita de Graça Aranha à capital catarinense em 1924, são eventos que indicam o início de um movimento de renovação estética. Segundo Kammers (2008), embora não tenha havido em Santa Catarina um evento catalisador como a Semana de Arte Moderna, esses episódios revelam a presença de uma vanguarda intelectual inquieta e receptiva às transformações em curso no campo das artes e da literatura brasileira.

Os escritores Othon d’Eça e Tito Carvalho, ambos vinculados à Academia Catarinense de Letras, figuram entre os precursores de uma literatura que buscava romper com o conservadorismo estético. O primeiro, com sua prosa regionalista praiana em obras como *Vindicta Brava e Homens e Algas*; o segundo, com o romance serrano *Vida Salobra* e os contos de *Bulha d’Arroio*, representou o esforço de produzir uma literatura catarinense marcada por características regionais, mas sintonizada com as exigências de renovação da linguagem e da forma. Conforme Sachet (1979), esses autores iniciaram uma nova maneira de compreender e representar a realidade local, ainda que sem romper totalmente com os padrões formais anteriores.

É importante destacar que o Mcatarinense se desenvolveu de forma distinta ao modelo paulistano. Enquanto em São Paulo houve um rompimento brusco com as tradições acadêmicas, em Santa Catarina, considerada provinciana ainda, o processo foi mais lento e gradual. Como observa Sabino (1981), a penetração das ideias modernistas no estado ocorreu por meio de pequenas rupturas e da atuação de grupos intelectuais como o Grupo Sul, que, décadas mais tarde, consolidaria de fato uma estética modernista regional. Assim, os anos 1920 podem ser vistos como um período de transição, no qual coexistiram o tradicionalismo acadêmico e os primeiros impulsos modernistas.

A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, representou um marco decisivo na história da arte e da literatura brasileira. Com a presença de figuras influentes

como Mário de Andrade e Anita Malfatti, o evento mobilizou uma série de manifestações artísticas que romperam com as tradições acadêmicas, buscando novas formas de expressão que refletissem a identidade nacional. Santa Catarina esteve à margem do movimento, permanecendo isolada do restante do país por alguns anos. Foi apenas na década de 1950 que o Modernismo começou a ganhar espaço no estado, impulsionado pela atuação do Grupo Sul.

De acordo com Pereira (1998), durante os dez anos de atividade do Grupo Sul (1948-1957), muitas obras foram publicadas na Revista Sul, entre elas, sob o título de “*Contistas novos de Santa Catarina*”, os contos *Piá* (1953) e *Amigo Velho* (1957), de Guido Wilmar Sassi. Conforme a autora, Sassi participou dos trabalhos da *Revista Sul* em um momento em que o grupo estava comprometido com o movimento de renovação local, na prosa firmou-se em nível local e ganhou certa expressão no contexto literário brasileiro.

Dessa forma, mesmo que não tenha havido uma adesão massiva às vanguardas da Semana de 1922, não se pode afirmar que Santa Catarina permaneceu alheia ao movimento modernista. Pelo contrário, os registros históricos demonstram que havia sim um ambiente cultural em ebulição, com intelectuais e artistas dispostos a debater, experimentar e renovar. O processo de inserção do estado no Modernismo nacional foi, portanto, resultado de uma articulação entre tradição e inovação, marcada por tensões, contradições e pelo desejo de construir uma identidade literária própria e crítica.

1.4 LITERATURA E CULTURA DA REGIÃO SERRANA

A literatura, especialmente em contextos regionais como o Planalto Catarinense, tem se revelado um campo fértil para a representação das identidades culturais, históricas e sociais de comunidades marcadas pela pluralidade linguística e pela herança imigrante. Como destaca De Cesero (2022), a literatura policial de José Clemente Pozenato, ao abordar mistérios locais, retrata também os hábitos, costumes e crenças de comunidades de origem italiana no Rio Grande do Sul, funcionando como testemunho cultural e sociológico. Nessa perspectiva, a narrativa literária ultrapassa a função estética para assumir um papel de memória e representação coletiva. A relação entre literatura e história local se configura, assim, como forma de expressão simbólica da realidade social.

Sob esse mesmo enfoque, Comiotto (2021) evidencia a importância da pluralidade linguística presente nas regiões serranas, com destaque para o talian, língua derivada de dialetos italianos. A valorização desse idioma, por meio da cooficialização em alguns

municípios e de sua presença em projetos culturais e educacionais, reforça o vínculo entre língua, identidade e literatura. Isso reflete um processo histórico no qual o Estado brasileiro passou a valorizar e institucionalizar elementos culturais de origem europeia. A cooficialização do talian em alguns municípios e sua presença em projetos culturais e educacionais revelam também a forma como o poder público endossou, ao longo do tempo, políticas que privilegiaram heranças culturais brancas em detrimento das línguas e tradições das populações indígenas e caboclas.

Essa valorização seletiva da diversidade linguística inscreve-se em um projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional baseada na cultura europeia, reforçando desigualdades simbólicas e apagamentos históricos. A produção literária local, ao incorporar termos regionais e experiências cotidianas, contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos grupos minoritários, resistindo à homogeneização linguística promovida pelo Estado.

A cultura serrana também se manifesta nas dinâmicas da economia criativa, como analisam Sá Porto e Azambuja (2022). A literatura, ao lado de outras manifestações culturais como o artesanato e a música, integra um circuito simbólico no qual o capital cultural se converte em produto de valor identitário e turístico. Nessas regiões, a italianidade e outras heranças culturais são constantemente reelaboradas e convertidas em narrativas ficcionais, que reforçam o sentimento de pertencimento e mantêm viva a memória coletiva. Assim, a literatura cumpre função não apenas cultural, mas também política e econômica, integrando-se ao projeto de valorização regional.

No campo teórico, autores como Marisa Lajolo (1984) e José Luís Jobim (2024) refletem sobre a dificuldade de definir a literatura de maneira única ou estável. Lajolo argumenta que a literatura é um objeto social cuja existência depende da relação entre autor e leitor, sendo sempre atravessada por aspectos históricos, subjetivos e culturais. Jobim reforça essa visão ao afirmar que a definição de literatura é um ato que varia de acordo com o sujeito, o tempo histórico e o contexto social. Tal compreensão é fundamental para analisarmos a produção literária regional, pois permite considerar suas especificidades como válidas e significativas no sistema literário nacional.

Seguindo esse pensamento, Antonio Candido (2023) entende a literatura como um fenômeno social que, ao mesmo tempo em que reflete a realidade, também atua sobre ela. A função social da literatura se expressa na medida em que ela reorganiza simbolicamente o mundo, possibilitando novas leituras da experiência humana. Para o autor, a arte literária consiste em uma transposição do real para o plano simbólico, oferecendo ao leitor uma visão

reinterpretada da sociedade e de suas contradições. Candido também propõe a distinção entre arte de agregação e arte de segregação, categorias que ajudam a compreender os diferentes propósitos estéticos e sociais da produção literária.

Essa dimensão crítica é aprofundada por Ramalho (2024), ao destacar a literatura como forma de denúncia e intervenção nas realidades sociais. Para ele, a crítica social, presente em muitas obras literárias, atua na exposição de mazelas como a pobreza, a desigualdade e a exclusão. Ao transformar experiências individuais em representações simbólicas, a literatura se converte em espaço de engajamento e resistência. Através da ficção, o autor estabelece uma ponte entre realidade e imaginação, usando a linguagem como instrumento de transformação social.

A crítica social também é evidenciada nas proposições de Sartre (2015), que reconhece o escritor como um sujeito ativo, cuja fala carrega intencionalidade e potência de mobilização. Segundo ele, o escritor não é um mero contador de histórias, mas um agente que interpela, persuade e provoca reflexões no leitor. Nessa perspectiva, a literatura assume um papel ético e político, sendo um meio de expressão dos conflitos e das utopias sociais. Essa concepção é essencial para a análise de obras como *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, cuja narrativa, embora ficcional, carrega marcas profundas da crítica social regional.

Outro aspecto importante são a cultura e as tradições do Planalto Catarinense, de acordo com Arruda Filho (2000), as tradições do Planalto catarinense são fortemente influenciadas pelo gauchismo, que se manifesta de diversas formas, como a criação de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e a literatura oral. O gauchismo atua como uma identidade regional significativa, enquanto os CTGs servem para celebrar e manter as tradições culturais, como música e dança, que estão ligadas à vida rural. Além disso, escritores da região, reúnem e adaptam histórias locais, misturando elementos históricos e ficcionais para retratar a vida no Planalto de maneira autêntica. Essas tradições são essenciais para a identidade do Planalto Serrano e refletem um legado cultural que busca resistir às influências da modernidade.

A linguagem do povo serrano, segundo o autor, é descrita da seguinte forma: “Rica em neologismos e expressões próprias de uma cultura agropecuária, essa linguagem tem sido, ao longo do tempo, maxivalorizada pela proximidade geográfica com o Rio Grande do Sul” (Arruda Filho, 2000, p. 40). A linguagem é marcada por um sotaque forte, com grande influência da cultura gaúcha, refletida em expressões como “bah”, “tchê”, “guri” e “capaz”. A estrutura da linguagem praticada na região do Planalto Catarinense tem a sua base nos primórdios da colonização (portugueses, negros e índios) e nas influências que o Planalto Catarinense recebeu ao longo de sua história (Caminho das Tropas, Ciclo da Madeira etc.).

Segundo Arruda Filho, muitos fatos ocorreram até que a literatura catarinense mudasse quanto à qualidade, destaco o trecho:

É somente da década de 50 que Guido Wilmar Sassi, através de *Piá* (Florianópolis: Edições Sul, 1953) e *Amigo Velho* (Florianópolis: Edições Sul, 1957), prêmio Arthur Azevedo, do Instituto Nacional do Livro, inicia um novo momento cultural e implode com uma estrutura viciada e elitista. Participante ativo do Grupo Sul, Sassi cria um novo paradigma para a literatura do Planalto de Santa Catarina. (Arruda Filho, 2000, p. 30-31)

Entende-se desse modo a relevância literária e social que a obra, objeto de análise dessa pesquisa, tem para a região e a sociedade. Ainda de acordo com Arruda Filho (2000), a experiência regional teve um impacto profundo na obra de Guido Wilmar Sassi, que buscou retratar a realidade social e as condições de vida da população marginalizada em Santa Catarina. “A força criativa de Guido Wilmar Sassi atinge o ápice com o romance *Geração do Deserto*, publicado em 1964.” (Arruda Filho, 2000, p. 33)

Por fim, o pensamento de Celestino Sachet (1979) contribui para consolidar a importância da literatura catarinense enquanto expressão autêntica da experiência regional. Para o autor, as manifestações literárias do estado, embora por vezes invisibilizadas no cenário nacional, representam a vida e o sentimento do povo catarinense com singularidade e força estética. Ao abordar temas como o trabalho, a religião, a imigração e o conflito social, a literatura regional reafirma sua relevância como veículo de expressão simbólica, crítica e identitária. Assim, a cultura literária serrana, marcada pela diversidade linguística, pelas tensões sociais e pela memória coletiva, configura-se como elemento indispensável para a compreensão da crítica social presente na obra de Sassi.

1.5 HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: A GUERRA DO CONTESTADO

O confronto não foi só uma guerra civil, só um comportamento messiânico, só um conflito social, ou ainda, um desentendimento armado sobre questões de limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná. De acordo com Serpa (1999, p. 11) “a Guerra do Contestado constituiu-se num dos mais significativos movimentos sociais que ocorreu no Brasil, [...] sua importância histórica reside no fato de este movimento expressar formas de luta em diversos sentidos[...]”.

Desde a metade do século XIX, a região era disputada pelas então províncias do Paraná e de Santa Catarina, em 1853 a província do Paraná foi desmembrada da província de São Paulo e achava-se com direito à região. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal julga

procedente a ação de reivindicação de Santa Catarina, argumentando que os limites foram estabelecidos, através do tempo, pelas autoridades que tinham competência para fazê-lo, manda respeitar os limites demarcados desde 1749.

As autoridades de Curitiba não reconhecem a decisão com o argumento de que a Constituição Federal de 1891 estabelecia que os casos de limites entre os estados deveriam ser resolvidos politicamente e não juridicamente. Essa Constituição facultava aos estados o direito de cobrarem impostos sobre propriedades, profissões e indústrias (Sachet, 2001). Cada estado queria elevar sua arrecadação, o que acirrou as discussões estimuladas por interesses de grupos sociais que estavam no poder.

O estado do Paraná recorreu da sentença, e em 1909, o Supremo Tribunal Federal deu novamente ganho de causa à Santa Catarina. O Paraná entra com mais embargos, o Supremo rejeita pela terceira e última vez, e em 1910 define que o Paraná não tem direito às terras da região contestada. Em 1912, o ministro do Supremo, André Cavalcanti, ordena ao juiz federal do Paraná, Joaquim da Costa Carvalho, que dê início à demarcação dos limites entre os estados. Contudo o juiz desconhece a ordem, e assim os limites continuaram suspensos. De acordo com Sachet (2001, p. 45) “a questão não foi encerrada, haveria mais quatro anos de espera, “acontece que os caboclos do Planalto, habitantes da “terra-de-ninguém”, decidem que chegou a hora de mudar o espetáculo e também de substituir os personagens da novela.”

No Planalto viviam os índios Gês, inimigos dos guaranis que eram donos das terras do outro lado do Rio do Peixe. No decorrer do século XVIII, os tropeiros percorrem a região no sentido norte-sul, conduzindo bois e cavalos entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, abrindo caminhos que mais tarde dariam origem a vilarejos e cidades ao longo da chamada Rota dos Tropeiros. Com a fundação de Lages, em 1771, surgem pousos, currais e invernadas, as primeiras fazendas de criação de gado. As terras povoam-se com o mameluco: mescla de tropeiro luso-castelhano com o índio. “O novo homem típico do Planalto, também conhecido como caboclo, trabalha na condução das tropas, o tropeiro, ou na fazenda, o peão.” (Sachet, 2001)

De acordo com Serpa (1999), as pessoas que faziam parte das tropas não o faziam por livre vontade, eram obrigadas pelo governo ou por grupos que queriam tomar o poder. Essa população, em sua maioria, era formada por pessoas muito pobres, inválidas e doentes. Como não tinham a posse da terra, que pertencia aos ricos latifundiários, passaram a ocupar as chamadas terras devolutas, pertencentes ao Estado. No final do século XIX e começo do século XX a região passa a ser ocupada por empresas estrangeiras, interessadas

principalmente no corte da madeira e na construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. A construção passaria por dentro de grande quantidade de terras devolutas, férteis, ricas em ervais, madeira, principalmente a araucária.

O governo trouxe enorme quantidade de trabalhadores do Rio de Janeiro, Recife, Santos e Salvador. Com o término da construção em 1910, os trabalhadores ficaram desempregados. Outra questão que agravou a situação dos desempregados e de outros moradores da região foi a posse da propriedade da terra. A empresa estrangeira norte-americana *Southern Brazil Lumber and Colonization*, em 1913, funda duas enormes serrarias. De acordo com o trecho abaixo, podemos ver os impactos dessas empresas para a região:

Não só homens, mulheres e crianças sofreram os efeitos desta ação das empresas, mas o meio ambiente, como espaço de relações, passou a ser devastado. Cursos de rios foram modificados, a vegetação das margens de rios e riachos foi devastada e enorme quantidade de árvores, como a araucária foi derrubada, sem que houvesse a perspectiva do replantio. A fauna também sofreu a ação destruidora do homem, ação que foi devastadora em relação ao meio ambiente e, conseqüentemente, contra o próprio homem. (Serpa, 1999, p. 18)

Naquela época existiam as relações de compadrio, explicada por Serpa (1999, p. 18) como sendo “o sertanejo pobre convidar um padrinho abastado para batizar seu(a) filho(a) a que se chama de relação de compadrio extra-classe.” As relações de compadrio não se constituíam apenas como controle e dominação, mas uma estratégia do homem pobre de garantir sua sobrevivência. Por outro ângulo, possibilitava ao coronel, homem poderoso do local, conhecer as necessidades do povo e assim controlá-los. Na figura abaixo é possível ver a Estrada de Ferro em construção, obra que gerou grande devastação na região:

Figura 4 – Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande



Fonte: Livro Revelando o Contestado - <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Revelando-o-Contestado-imagens-do-mais-sangrento-conflito-social-do-Brasil-nas>

A obra *Geração do Deserto*, publicada pela primeira vez em 1964, do autor lageano Guido Wilmar Sassi, retrata essa exploração das classes populares pelos grupos sociais detentores do poder. O autor aborda na narrativa a Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, envolvendo aproximadamente 20 mil caboclos, denominados “pelados”, contra as forças constituídas do Governo Federal e Estadual, denominados “peludos”. A batalha recebeu esse nome por ter sido travada na região de disputa territorial entre os estados.

O autor Sassi é reconhecido e frequentemente citado por críticos por retratar que o principal embate se dá entre os próprios seres humanos. Não se trata mais apenas da relação entre o homem e a natureza, mas do conflito entre o homem e as estruturas sociais que controlam a natureza em benefício dos que detêm poder econômico, transformando-a em fonte de prejuízo e dor para os mais vulneráveis (Machado, 1986). Arruda Filho destaca:

Com um pé na ficção e outro na história, *Geração do Deserto* registra o dia-a-dia de uma série de sujeitos da história, os sertanejos, envolvidos em uma trama que lhes foge ao controle, vertigem a devorar suas vidas, deserto insensato onde o homem devora o homem – a luta pela terra é substituída pela capacidade capitalista de transformar a terra em lucro, independente da quantidade de vidas humanas que estiverem em jogo. A literatura proposta por Guido Wilmar Sassi se opõe, por princípios morais e orientação política, à aquela que era praticada até então no Planalto Serrano de Santa Catarina [...]. (Arruda Filho, 2000, p. 34)

Janete Gaspar Machado lembra que a ficção de Sassi “desvela os interesses particulares de cada personagem, revelando os abusos do autoritarismo, as torturas e as violências praticadas em benefício próprio, mas sob o manto da religião e da causa” (Machado, 1986, p. 71). Cada personagem age movido por interesses pessoais, usando a religião e uma suposta causa maior como justificativa para cometer abusos de poder, torturas e violências.

Outro aspecto importante a ser mencionado é a convivência com o sagrado, o caboclo do Planalto sempre demonstrou um comportamento profundamente religioso e místico desde as primeiras páginas de sua História (Sachet, 2001). Essa religiosidade desconhece as normas rígidas das doutrinas católica e protestante, se manifesta mais nas exterioridades do culto do que na convicção da fé.

De acordo com Serpa (1999, p. 26) “[...] homens e mulheres criaram práticas religiosas que, se não resolviam as precárias condições de vida, possibilitavam-lhes imaginar e até sonhar com melhores condições de vida, chegando, mesmo, a negar as condições de exploração e miséria em que viviam.” Com o crescimento da Guerra do contestado, o sertanejo passa a supervalorizar a utilização das práticas religiosas. As grandes distâncias entre as comunidades espalhadas pelo Planalto aumentam a necessidade de uma presença, ao menos

ocasional, dos poucos padres da Igreja Católica que viviam em Lages e Curitiba. A falta do padre permitiu que outros líderes religiosos carismáticos e milagreiros ocupassem aquele espaço. (Sachet, 2001)

Em meados do século XIX, dois monges percorreram o Planalto e arrebataram uma multidão de “filhos da miséria” e de “filhos do deserto”. O primeiro, João Maria de Agostini, aparece na região de Mafra - Rio Negro - Lages entre os anos de 1851-1856; o segundo, João Maria de Jesus, durante a década de 1890. Nenhum deles demonstrava subordinação à Igreja Católica e ambos se consideravam profetas. Um terceiro personagem surge em 1911: o curandeiro Miguel Lucena de Boaventura, que, nos sertões de Irani, Campos Novos e Curitiba, assume o nome de José Maria. (Sachet, 2001)

A figura carismática de José Maria atraiu uma multidão de fiéis, especialmente em um contexto de crescente desespero social. O conflito do Contestado emergiu dessa reunião de seguidores em torno do monge, instalado nas proximidades do município de Curitiba em 1912. Temendo que José Maria representasse uma ameaça política, o superintendente local enviou correspondência ao presidente do estado, Vidal José de Oliveira Ramos, acusando o movimento de pretender restaurar a monarquia. (Sachet, 2001)

Paralelamente, a crise econômica agravava-se. Com a queda na produção de erva-mate, resultado do boicote dos consumidores argentinos e uruguaios que alegavam falta de qualidade, o desemprego e a fome passaram a dominar a população regional. Nesse cenário, os caboclos, marginalizados e desassistidos, se apegaram com força ao movimento religioso, o que foi interpretado pelas autoridades como fanatismo. Essa entrega à fé, profundamente enraizada nas condições sociais da época, foi amplamente retratada na obra de Sassi.

José Maria retira-se para Irani, no município de Palmas, no estado do Paraná. De acordo com Serpa (1999, p. 40) “este fato provocou reação por parte dos políticos paranaenses que interpretaram como sendo articulação dos políticos catarinenses no sentido de tomar territórios pertencentes ao Paraná.” Esse episódio é conhecido como “Combate de Irani”, e compõe a primeira parte da obra *Geração do Deserto*, intitulada de “*Irani*”, vale o trecho longo:

Os tiros foram ouvidos na igreja. José Maria estava rezando e continuou rezando. O povo se manteve calmo. Os soldados, sorrateiramente, aproximaram-se do arraial, infiltrando-se pelas ruelas. Do pequeno templo vinham sons de orações e cânticos. [...]

- Ninguém tenha medo! – Gritou José Maria. - São Sebastião está com a gente. Vamos continuar rezando. Lá fora tem pessoal nosso para nos defender. Os *peludos* já vão ver o que é bom. Vamos pedir a proteção de São João Maria. [...] E depois José Maria reuniu todos os seus homens, em formação de quadrado, e gritou:

- Viva a Monarquia!

- Viva! - ecoaram as vozes de mais de duzentos homens. (Sassi, 2012, p. 50)

Esse conflito resultou na morte de José Maria. Segundo Sachet (2001, p. 81) “não existem provas testemunhais de que José Maria se tenha declarado monarquista, ou que mais tarde os caboclos tenham realmente coroado como seu imperador o fazendeiro Manoel Alves de Assunção Rocha.”

“A morte de José Maria, no Combate de Irani, fez com que os sertanejos fizessem uso intenso do imaginário religioso.” (Serpa, 1999, p. 43). Na primeira metade de 1913, novos fiéis se reuniram em Taquaruçu na expectativa do retorno do monge, que regressaria acompanhado do “Exército Encantado de São Sebastião”. Muitas pessoas que se mudaram para Taquaruçu, na esperança de encontrar José Maria, eram pessoas de posses e ajudavam com dinheiro. Os sertanejos faziam plantações de verduras, criavam gado de corte e burros. Serpa (1999, p. 46) destaca que “a cidade santa de Taquaruçu torna-se cada vez mais um local de organização e articulação dos sertanejos, preocupando as elites locais.”

As forças governamentais, através de um plano concebido por Lebon Régis, secretário geral do Estado de Santa Catarina, atacaram o reduto, mas fracassaram. Em 1914 ocorre o segundo embate sobre o comando do Coronel Aleluia Pires. É possível imaginar a situação através deste trecho:

Cerca de 700 soldados equipados com canhões e metralhadoras desfecharam fogo aos moradores da cidade santa. Muitas mulheres, crianças e homens que lutavam morreram neste combate. Taquaruçu foi totalmente destruída, nada sobrou. Os sertanejos que conseguiram escapar à fúria dos soldados migraram para junto dos outros moradores que haviam migrado para Perdizes Grandes, próxima a Caraguatá [...] A resistência dos sertanejos continua. Forma-se, então, a cidade santa de Caraguatá. (Serpa, 1999, p. 48)

A segunda parte do livro *Geração do Deserto* é intitulada de “*Taquaruçu*”. Sassi retrata o combate: “Por toda a parte, a ruína, a mortandade; escombros e cinzas, de permeio com membros dispersos e cabeças esfaceladas; cadáveres de bois, de cavalos e cães, juntamente com os horrendos e mutilados cadáveres dos jagunços.” (Sassi, 2012, p. 76)

Segundo Sachet (2001, p. 159) “A brutal e estúpida destruição de Taquaruçu, com mulheres e crianças destroçadas pelos dois canhões do Exército Brasileiro foi energeticamente condenada por lideranças não militares tanto de Santa Catarina como do Paraná.” A condenação por lideranças civis dos estados de Santa Catarina e Paraná reforça que a ação não foi apenas uma tragédia, mas também amplamente repudiada pela sociedade, indicando um rompimento entre setores militares e civis no contexto histórico em questão.

Em Caraguatá, a liderança cabe à Maria Rosa. O governo procurou enviar representantes para dissuadir os sertanejos a abandonarem a luta, porém não lograram êxito, mas forneciam às tropas informações para possíveis ataques. O governo organizou um novo ataque, cujo comando foi dado ao tenente-coronel José Capitulino Freire Gameiro. De acordo com Sachet (2001, p 177) “Depois de seis horas de combate, [...] se continuasse a avançar as forças seriam destroçadas, o tenente-coronel Gameiro mandou tocar a corneta de cessar-fogo [...]”.

A terceira parte da obra de Sassi chama-se “*Caraguatá*”. “Fracassou o ataque em massa que os soldados pretendiam desfechar contra Caraguatá. Prevenidos a tempo, pela sua rede de bombeiros, os jagunços abandonaram o reduto e fugiram-se nos arraiais vizinhos.” (Sassi, 2012, p. 96). Segundo Sachet (2001) os bombeiros eram espíões infiltrados nas forças militares que combatiam os sertanejos. Esses indivíduos eram camponeses locais que, devido ao seu conhecimento do terreno e das pessoas, conseguiam se infiltrar nas tropas do governo, fornecendo informações valiosas aos rebeldes. A presença desses espíões foi fundamental para as estratégias de guerrilha adotadas pelos sertanejos durante o conflito.

Em meados de 1914, os caboclos intensificaram e ampliaram sua atuação por todo o Planalto Norte, entre os rios do Peixe, Iguaçu, Negro e Canoinhas. No ano seguinte, em 1915, o general Setembrino de Carvalho foi convocado pelo Ministro da Guerra para assumir o comando das tropas. Foi nesse contexto que o Exército Brasileiro, pela primeira vez, interveio no combate. Sete mil homens foram mobilizados e incorporados em quatro linhas de ataque que culminaram na destruição do reduto de Santa Maria. Com a destruição do reduto, o general Setembrino declara oficialmente terminada a campanha contra os fanáticos. (Sachet, 2001)

A quarta e última parte da obra *Geração do Deserto* é nomeada de “*Santa Maria*”. “Difícil, cada vez mais, o reabastecimento do reduto. As forças apertavam o cerco, e sair fora, para arrebanhar o gado, era morte certa ou prisão. A fome começou a mandar no arraial. As roças se acabaram, os jagunços passavam sem qualquer comida [...]” (Sassi, 2012, p.153). Percebe-se que o autor Sassi baseou sua narrativa ficcional em fatos históricos e documentos oficiais relativos à Guerra do Contestado.

Uma semana após a destruição do reduto de Santa Maria, os jagunços repetiram a mesma tática aplicada anteriormente, o grosso dos homens armados, as mulheres e as crianças se transferiram para um novo Reduto. Nos últimos meses de 1915, a situação dos fanáticos descamba para a destruição fatal, a essas alturas a irmandade cabocla está reduzida a 5 mil pessoas: mil no Reduto de Pedras Brancas e 4 mil na cidade santa de São Pedro (Sachet, 2001). De acordo com Serpa (1999) em outubro de 1915 o reduto das Pedras Brancas é atacado pelas

forças do governo, em dezembro o reduto de São Pedro é atacado por tropas comandadas pelo Capitão Euclides de Castro, da força pública de Santa Catarina. “Havia muitos cadáveres de mulheres e crianças, [...] Muitos fugiram para os matagais. Mortos de fome, subnutridos, cerca de 1.000 homens se entregam em Canoinhas [...]” (Serpa, 1999, p. 66).

Na fotografia a seguir, é possível observar um grupo de sertanejos, identificados como membros de uma família indígena da região. De acordo com registros históricos e a versão oficial dos fatos, esses indígenas também participaram da resistência armada contra as forças do Exército durante o conflito. No entanto, sua luta remonta a um período anterior à guerra, marcada por frequentes confrontos com colonos brancos. Esses ataques, muitas vezes retratados de forma negativa pelas fontes da época, na verdade representavam tentativas legítimas de defesa territorial. Os indígenas buscavam proteger suas terras, suas culturas e seus modos de vida tradicionais diante do avanço contínuo da colonização, que ameaçava sua sobrevivência física e espiritual. Assim, sua participação no conflito não deve ser vista de forma isolada, mas como parte de um processo histórico mais amplo de resistência contra a invasão, o extermínio e a marginalização:

Figura 5 – “Fanáticos” após rendição - Canoinhas, 1915



Fonte: Livro Revelando o Contestado - <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Revelando-o-Contestado-imagens-do-mais-sangrento-conflito-social-do-Brasil-nas#&gid=1&pid=17>

O ano de 1916 é registrado, oficialmente, como o fim do conflito social no Sul do Brasil. Nesse ano ocorreu a prisão do último grande líder do movimento, Adeodato Ramos, e

foi assinado o tratado de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina. Para finalizar, de acordo com Serpa (1999, p. 71) “Muitas pessoas que escreveram sobre a Guerra do Contestado consideravam que os sertanejos eram “fanáticos” e que o fanatismo os tinha levado à guerra.”

Vale aqui as palavras de Sachet:

Nosso homem do Contestado fez uma luta que consolidou definitivamente os limites entre o Paraná e Santa Catarina; fez uma luta ecológica contra a devastação de nossos recursos naturais; fez uma luta social contra a injusta distribuição da propriedade da terra; fez uma luta trabalhista contra o capital internacional que não admitia o trabalho de “naturais”; fez uma luta contra a opressão. (Sachet, 2001, p. 324)

Sassi, retrata em sua obra, esse homem do contestado, que sentindo-se excluído, desamparado, perseguido, busca agarrar-se a religiões e mitos, ao misticismo, transformando-se no que se convencionou chamar de “fanático”.

A literatura sobre a Guerra do Contestado tem buscado, ao longo dos anos, resgatar a perspectiva dos caboclos enquanto sujeitos históricos e não meramente como rebeldes desorganizados. Em *Geração do Deserto*, Guido Wilmar Sassi constrói uma narrativa que, embora ficcional, retrata com profundidade a degradação humana e social dos sertanejos envolvidos no conflito, destacando sua força interior diante da miséria e da violência. Como afirma o autor: “O povo precisa ter fé, precisa resgatar as culpas e os pecados, porque, com a alma limpa, esta nossa geração do deserto vai ser também aquela que gozará as delícias de Canaã.” (Sassi, 2012, p.117).

Essa abordagem literária encontra respaldo na análise histórica de Celestino Sachet (2001), que destaca o papel estratégico e a resistência organizada dos caboclos, como no caso dos chamados “bombeiros”, camponeses que atuavam como espiões infiltrados nas tropas inimigas. Ambos os autores, cada um em seu campo, contribuem para a revisão da imagem histórica dos sertanejos, valorizando sua atuação política e social diante da opressão exercida pelo Estado e pelos interesses econômicos da época.

CAPÍTULO 2 - LITERATURA COMO ATO DE RESISTÊNCIA: A GUERRA DO CONTESTADO E OS ECOS DO DESERTO

A literatura, mais do que simples expressão estética, configura-se como espaço de resistência, denúncia e reflexão. Longe de ser apenas uma construção artística, o texto literário carrega em si a capacidade de revelar as contradições da sociedade, tensionar as estruturas de poder e promover a transformação social. Ao longo da história, diversos autores utilizaram a ficção como forma de confrontar desigualdades, dar voz aos marginalizados e questionar normas opressoras. É a partir dessa perspectiva que este capítulo se propõe a discutir a função social da literatura, entendendo-a como linguagem carregada de historicidade e potência crítica.

A análise parte de três olhares fundamentais: o primeiro se debruça sobre a contribuição de Antonio Candido (2002, 2006, 2023), que defende a literatura como direito humano e instrumento de humanização. Em seguida, a proposta de Ramalho (2024), cuja visão sobre a literatura e sua função social contribui para compreender como a palavra escrita atua sobre o tecido social. Por fim, o capítulo explora a obra e o pensamento de Guido Wilmar Sassi (2012), autor que, por meio de sua narrativa literária, oferece um retrato agudo da realidade brasileira, especialmente em contextos de exclusão e violência estrutural.

Cada seção busca, assim, iluminar como a literatura não apenas reflete a sociedade, mas intervém nela, ressignificando memórias, denunciando silenciamentos e abrindo caminhos para novas formas de existir e resistir. Nesse sentido, este capítulo é também um convite à leitura da literatura como ato político e ético, capaz de ampliar horizontes e provocar reflexões, contribuindo assim para a análise da crítica social presente no livro *Geração do Deserto*.

2.1 A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE CRÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A literatura possui a capacidade de nos levar a questionar e refletir sobre diferentes aspectos da sociedade. Quando somos confrontados com personagens e enredos que abordam questões sociais, injustiças e dilemas éticos, sentimo-nos motivados a pensar sobre esses

temas e procurar alternativas, uma vez que nos estimulam a ir além das ideias preconcebidas e a desafiar as normas estabelecidas. (Almeida, 2023)

Candido (2023) comenta que a literatura, por meio de sua estética e estilo, pode expor as contradições e injustiças da sociedade, desafiando as normas e padrões estabelecidos. A literatura não só reflete as tensões sociais, mas também oferece ao leitor uma maneira de enxergar o mundo de uma forma nova, mais crítica e consciente. Segundo o autor “Talvez tenha sido Madame de Stael, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre.” (Candido, 2023 p. 25)

Essa perspectiva sugere que a literatura não surge de maneira isolada, mas sim influenciada pelas condições históricas, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. De acordo com Candido (2023, p. 25) “[...] qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? Digamos que ela deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio?”. A arte não surge de maneira isolada, mas é sempre impactada pelo contexto em que é produzida. O meio social, com suas condições históricas, culturais, políticas e econômicas, molda a visão do artista e as temáticas abordadas na obra.

Candido (2023, p. 27) explicita que “todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito.” Esse processo de comunicação artística não é unilateral, mas interativo, já que a mensagem da obra de arte depende da interação entre o artista e o público. A obra não se limita a ser um simples reflexo ou expressão do artista, mas também uma forma de diálogo, que só se concretiza na experiência do público.

Para o autor “A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer [...]” (Candido, 2023 p. 51). A função social comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade.

Quando analisada em seu conjunto, a função social da literatura não depende da vontade ou da consciência dos autores e leitores. Ela decorre da própria essência da obra, de sua inserção no contexto de valores culturais e de seu caráter como expressão, completado pela comunicação. A literatura é uma ferramenta social fundamental porque está imersa na realidade de seu tempo, ao mesmo tempo em que tem o poder de influenciar e transformar

essa mesma realidade, funcionando como um espaço de crítica e reflexão sobre a sociedade. (Candido, 2023).

Seguindo a mesma vertente, o autor Ramalho (2024, p. 66) fala sobre o tema:

A crítica social visa analisar, avaliar e propor soluções para problemáticas, tanto no âmbito global, quanto na sociedade brasileira, em que grandes mazelas sempre foram alvos de críticas: fome, miséria, desigualdades, questões econômicas, políticas e culturais. Nisso a arte literária como uma experiência pessoal e social tem se colocado como uma via para denúncia e discussão desses problemas.

Essa crítica social pode ser feita na literatura através das observações e vivências de um escritor do seu cotidiano. Assim, a partir da percepção sobre o que acontece no mundo, bem como de suas análises, que surge o seu posicionamento crítico sobre determinada realidade, desse modo passamos a entender literatura como uma ferramenta poderosa de contestação e transformação.

É importante levar em conta que a literatura, enquanto processo de transposição da realidade com o objetivo de promover a transformação social, continua sendo uma construção ficcional. Através da recepção, interpretação e reflexão do leitor, ela se revela como uma experiência vivida, embora não de forma literal. O artista, influenciado pelo contexto social, estabelece uma relação entre realidade e ficção, utilizando uma linguagem própria para isso. (Ramalho, 2024)

Candido (2006, p. 53) nos dá um importante esclarecimento sobre isso:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade. Gratuidade do criador, no momento de conceber e executar, quanto do receptor, no momento de sentir e apreciar.

A arte, incluindo a literatura, transforma a realidade em algo ilusório por meio de uma estilização pessoal, impondo uma ordem subjetiva. Ela combina uma ligação com o real e uma manipulação técnica. Tanto o criador quanto o receptor agem de forma gratuita, buscando a expressão e a apreciação.

Ainda de acordo com Ramalho (2024), por meio da arte literária é possível, de certa maneira, testemunhar como as pessoas e os povos viveram durante períodos de guerras e conflitos, sob diferentes regimes de governo, revoluções científicas e mudanças sociais que transformaram a maneira como entendemos o mundo hoje. Dentro da categorização sócio

filosófica da literatura, ela é vista como um sistema de comunicação entre os seres humanos, que exerce influência sobre o ambiente, sendo ao mesmo tempo um produto social.

A literatura se estabelece como um produto social, o que implica que ela deve atuar em benefício da sociedade, trazendo à tona discussões relevantes, tanto no campo da crítica quanto da denúncia, cumprindo assim sua função social. Segundo Ramalho (2024, p. 68) “a literatura dessa forma pode ser compreendida como um processo de comunicação inter-humana agindo sobre o meio, a partir da representação da sociedade e reivindicando mudanças em uma condição de engajamento (ideológico, político e social).”

A obra *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, destaca-se como uma narrativa que entrelaça história, memória e resistência por meio de uma linguagem carregada de simbolismo e afetividade. A partir de uma perspectiva literária engajada, o autor reconfigura o episódio da Guerra do Contestado pela ótica dos vencidos, utilizando estratégias semânticas que mobilizam sentimentos como dor, fé e esperança. Conforme aponta Miranda (1997), a trajetória dos sertanejos é marcada por deslocamentos, repressão e resistência espiritual, elementos que ganham corpo em um discurso literário que transcende o fato histórico e o transforma em testemunho poético.

Esse processo de ressignificação se manifesta através de uma semântica subjetiva, na qual palavras como “deserto”, “travessia” e “destino” não apenas descrevem, mas evocam estados emocionais e sociais dos personagens. Como reforça Majolo (2023), Sassi constrói um campo simbólico no qual a linguagem serve tanto à denúncia quanto à escuta, e sua crítica social emerge de forma indireta, incorporada às vozes dos marginalizados. Assim, a obra funciona como um “arquivo literário” (Linn, 2024), onde a subjetividade dos caboclos é transformada em linguagem que resiste ao esquecimento e questiona as versões oficiais da história.

2.2 TRAJETÓRIA DE GUIDO WILMAR SASSI: SER HUMANO E ESCRITOR

No livro *Guido Wilmar Sassi, Literatura e Cidadania*, organizado por Iaponan Soares e Salim Miguel (1992), publicado por ocasião do septuagésimo aniversário do autor, o próprio Sassi contribui com uma biobibliografia a qual reúne dados relevantes sobre sua trajetória pessoal e literária. Com base nesse material, será apresentada, a seguir, uma explanação de sua vida e obra. Os autores do livro desvelam que “Sassi marcou sua posição nas letras catarinenses (e brasileiras) logo a partir de seus primeiros contos, publicados na revista SUL,

de Florianópolis. Melhor: logo a partir do primeiro conto, publicado na Revista do Globo, de Porto Alegre”. (Miguel; Soares, 1992, p. 07)

Guido Wilmar Sassi, nascido em 14 (em sua certidão consta 15) de setembro de 1922 em Lages (SC), é o mais velho de quatro irmãos, filho de Francisco Sassi e Ana Maria Hamitzsch. Avós paternos: Clemente e Carolina Sassi – italianos, avós maternos: Clemente Hamitzsch e Gertrudes Gesing – alemães. No mesmo ano, realizava-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, movimento que mais tarde faria parte de sua vida. Em 1923, foi acometido por paralisia infantil, em 1924 reaprende a andar após tratamento caseiro realizado por sua mãe, pois os médicos se recusavam a admitir a presença da poliomielite.

Em 1927 já sabia ler e escrever. O ano de 1929 foi marcado pela mudança da família para Campos Novos (SC), porém, Guido continua em Lages com a avó. Segundo Guido (Sassi, 1992, p. 142) “a saudade faz com que os dias da Eternidade tenham o tamanho do infinito. É triste e doloroso o exílio, ainda mais quando a gente ainda não completou sete anos.” Ocorre a Revolução de 1930, em Campos Novos, o menino vê as tropas revolucionárias, as mulas cargueiras. Em 1932 retorna a casa da avó em Lages, naquele ano Guido descobre o sexo, de acordo com seu próprio relato “foi o mais horroroso dos alumbramentos, o mais divino dos pecados, um verdadeiro paraíso dentro do inferno.” (Sassi, 1992, p. 142)

Guido Wilmar Sassi retornou à Campos Novos em 1934, experiência que mais tarde serviria de inspiração para muitos de seus contos e narrativas. No ano seguinte, a perda de seu irmão ainda bebê teve um impacto profundo sobre ele, levando-o a se desligar das religiões. Em 1936, iniciou seu primeiro namoro com Rute, irmã de seu amigo Alexandre. Já em 1937, sob o contexto do Estado Novo, mergulhou intensamente na leitura e na escrita, preenchendo cadernos com versos, anotações, rascunhos e histórias dos mais variados gêneros, incluindo ficção científica e policial. A leitura do romance *E o vento levou* foi ponto crucial para sua decisão de tornar-se escritor. Em 1938, deu continuidade a esse processo formativo por meio de inúmeras leituras. (Sassi, 1992)

No ano de 1941 a família se transfere para Lages, o que encerra o eixo Lages – Campos Novos. Nesse ano seu pai fica doente e falece vítima doença infecciosa causada por bactérias. Guido fala sobre o ocorrido:

O pai fica doente, pela primeira vez na vida. Tifo. Surpresa e incredulidade. Papai doente? Impossível! Impossível! Ele é um gigante. Papai morrendo? Não pode ser! Meu pai é eterno, um herói indestrutível. É noite e o adolescente, quase um menino, vai procurar Deus. EE faz-lhe uma proposta: minha vida em troca da vida de meu pai. O pior de tudo é que o ministro menino acredita na possibilidade de efetuar o negócio. Ingenuidade, triste engano! Divindade nenhuma aceita sua espécie de

barganha. Horas depois o pai morre. Deus havia morrido antes. Tempos depois eu escreveria um conto, “O Pai”, baseado na experiência daquela noite horrível em que fiquei duplamente órfão. (Sassi, 1992, p. 143)

Nesse mesmo ano, começa em seu primeiro emprego e torna-se arrimo da família e abandona os estudos regulares. A avó falece em 1942, junto de muitos dos “causos” contados por ela. Em 1943 uma grande amizade com o colega de repartição Hélio Bosco de Castro, que juntos escrevem enxurradas de contos, poemas, sonetos, acrósticos etc., treino muito válido e importante de acordo com Guido.

Muda-se para a cidade de São Paulo no ano de 1945, onde residiu por alguns meses, regressa à Lages no mesmo ano. Em maio de 1946, casa-se com Adília Flora Miranda, mãe de seus quatro filhos e apoiadora de seu trabalho literário. Sob o pseudônimo de Nélio Cardoso passa a colaborar no jornal Guia Serrano. Escreveu também uma novela: *Alma Perdida*. Em 1947 abandona o pseudônimo e passa a colaborar com outros órgãos da imprensa lageana. Em 1948 se frustra com a experiência de comerciante, nesse mesmo ano, nasce sua primeira filha, Marlene e Guido externaliza “Ser pai é maravilhoso. A Terra é azul, a Humanidade é bela, o Sol é quente e o Brasil é o País do Futuro. Estou tremendamente apaixonado pela minha esposa e tomo porres homéricos de alegria e esperança.” (Sassi, 1992, p. 144)

Estreia na literatura no ano de 1949 com a publicação do conto *Amigo Velho* (mais tarde, serviria para intitular um de seus livros de histórias curtas), na *Revista do Globo* (Porto Alegre/RS), a mais importante do país na época. O ano também é marcado pelo nascimento de seu filho Wilson. No ano de 1950 idealiza em Lages um cine-clube, o qual nunca funcionou. Nesse ano inicia contato com o Grupo Sul, tornando-se amigo de Salim Miguel (um dos líderes), o qual Guido considera seu “descobridor”, outras amizades com Archibaldo Cabral Neves, Walmor Cardoso da Silva, Eglê Malheiros e Aníbal Nunes Pires, todos fundadores do Grupo Sul. Torna-se colaborador de *Letras e Artes*, suplemente literário de *A Manhã*, do Rio de Janeiro, dirigido por Jorge Lacerda e publica em Lages uma revista literária, com duração de 3 volumes, intitulada de *Rumos*, sem sucesso devido à falta de apoio financeiro. Colabora de forma intensa com a publicação de contos e artigos em *Policia em Revista*, do Rio de Janeiro.

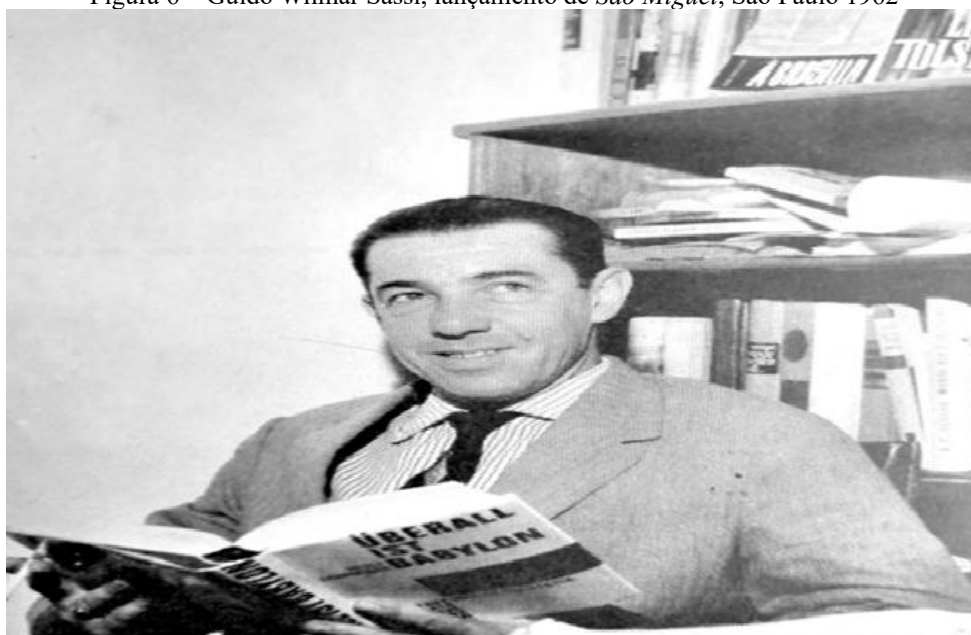
Vencedor de um concurso para contos policiais inéditos, em 1951. Presta concurso para o Banco do Brasil, entre 700 candidatos, Guido fica em primeiro lugar entre os 11 disponíveis no Estado de Santa Catarina. Muda-se para Rio do Sul (SC) em 1952 e toma posse na agência local do banco, nesse ano nasce também seu terceiro filho Hélio. Em 1953 é editado o livro de contos *Piá*, com uma tiragem de 500 exemplares. A partir daí começa a chamar a

atenção da crítica com a boa repercussão do livro. O ano de 1954 marca o regresso à Lages e a obra *Piá* continua fazendo sucesso, o autor concorre, em São Paulo, ao Prêmio Fábio Prado, na época o certame literário mais importante do país, infelizmente não vence, mas abre caminho para a criação de uma associação cultural, o Clube dos Quatros, que acaba morrendo por excesso de burocracias. Inspirou o surgimento de outras entidades da espécie, como por exemplo o Círculo de Cultura de Lages (CCL). Em 1955 adquiri sua casa própria e deixa de pagar aluguel.

Vice-presidente do CCL, em 1957, a atividade cultural estava intensa. O CCL promoveu exposições, cursos de gravura, espetáculos de teatros, palestras, recitais e o Salão Lageano de Artes Plásticas. A série de 7 contos, *Amigo Velho*, é lançado pelas Edições SUL. Contos são transcritos e publicados em todo país e em algumas revistas estrangeiras. Em 1958, *Amigo Velho* obtém o Prêmio Artur Azevedo no Rio de Janeiro. Durante alguns meses, a Rádio Diário da Manhã de Lages, leva ao ar as crônicas de sua autoria. Em 1959 escreve seu primeiro romance, *São Miguel*, em apenas 51 dias, para concorrer em um concurso de São Paulo.

O ano de 1960 é trágico para Guido, marcado pela morte de sua filha e de um amigo, por afogamento no Rio Uruguai, município de Palmitos. Sassi relembra “fui retirado das águas, inconsciente, pelo meu irmão Donato. Meu relacionamento com a religião, há muito seriamente prejudicado, acabou de vez.” (Sassi, 1992, p. 146). Seu melhor amigo Hélio Bosco de Castro comete suicídio e aumenta a tristeza e dor naquele ano. Por outro lado, vence o concurso de São Paulo para romances inéditos com *São Miguel*.

Figura 6 – Guido Wilmar Sassi, lançamento de *São Miguel*, São Paulo 1962



Fonte: Site ND+, disponível em: <https://ndmais.com.br/literatura/centenario-do-escritor-guido-wilmar-sassi-ganha-tributo-e-reflexoes-em-florianopolis/>

Em 1961 nasce seu filho Ricardo e no próximo ano, 1962, muda-se para a capital paulista para o lançamento de *São Miguel* com dez mil exemplares, sucesso de crítica e público. Na figura anterior é possível observar um retrato de Guido no lançamento do livro.

O livro *Geração do Deserto*, obra foco dessa pesquisa, é composto em 1962, no ano anterior havia publicado um longo artigo sobre o Contestado na Revista *Comentário*, do Rio de Janeiro. Em 1963 muda-se para o Rio de Janeiro, colabora na imprensa do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 1964, o Brasil assiste à Ditadura Militar e se torna um dos signatários do manifesto contra a intervenção ordenada na Editora Civilização Brasileira (considerada “maldita” pelos militares). Nesse período, Sassi publica contos de ficção científica, *Testemunha do Tempo*, pela editora de Gumercindo Rocha Dórea. De acordo com Guido ocorreram “Ameaças de prisão. Interrogatórios. A ditadura insiste em classificar-me como *elemento perigoso*.” (Sassi, 1992, p. 147). Reescreve *Geração do Deserto*, romance ficcional que tem a Guerra do Contestado como pano de fundo, publica pela Editora Civilização Brasileira, sucesso de venda e de crítica. Nesse ano decide parar de fumar., se livra do tabagismo.

Em 1965 escreve *A Importância do Morto*, romance baseado nas favelas do Rio de Janeiro, não publica por achar “que o romance não teria dado certo”. O seu trabalho, *Noite*, é incluído na *Antologia do novo conto brasileiro*. No lançamento de *A cidade e as ruas*, coletânea de contos de vários autores, participou publicando *A Bomba Atômica de Deus*, editada também pela Fundação Catarinense de Cultura em 1986. Em 1969 continua em exílio literário imposto voluntariamente. Em 1971 estreia o filme *A Guerra dos Pelados*, do diretor e roteirista Silvio Back, uma adaptação cinematográfica de seu livro *Geração do Deserto*. É homenageado em Lages, pela prefeitura, quando do lançamento do filme.

Em 1976 o silêncio literário. Sassi dedica-se à aquariofilia, chega a manter mais de 40 aquários. No ano de 1977 convalesce de uma doença grave, mas enquanto se tratava lê muito. O ano de 1978 foi marcado pela reedição de algumas de suas obras após longa insistência de seus amigos. “Na verdade, somente concordou após dois memoráveis porres que lhe deram os amigos Salim Miguel e Hélio Pólvora. Mais tarde fiquei sabendo que a minha querida amiga Eglê Malheiros tinha fornecido o uísque.” (Sassi, 1992, p. 148). O professor Lauro Junkes, em 1979, analisa a obra de Guido Wilmar Sassi a partir de 8 artigos publicados em *A Gazeta*.

Sofre com uma doença grave no coração em 1980 e mesmo assim não desiste de escrever. O romance *São Miguel* serve de tema para o Prêmio Interpretação 80, da Fundação Catarinense de Cultura. Em setembro escreve outro romance, *Lindamar*, posteriormente

publicado com o título *O Calendário da Eternidade*. Em 1981 interrompe seu exílio e lança a reedição de *Amigo Velho*, com noite de autógrafos em Lages. Faz uma parceria musical e escreve duas letras de músicas: *Vento Ventania* e *Madrugada*. Participa da Bienal Internacional do Livro em São Paulo. Em entrevista cedida à Salim Miguel comenta sobre os anos afastados da literatura: “a literatura é estigma, danação, fadário, praga de mãe, e que por isso voltou a escrever. [...] nada me impede, porém, de ficar parado outros dezoito anos.” (Sassi, 1992, p. 149)

Durante a preparação, ainda em 1982, de *O Calendário da Eternidade*, obra que seria submetida ao Prêmio Cruz e Sousa, o autor também se dedicava à elaboração de um conto de cunho marinho e memorialista — *O Naufrágio do Black Ship* — com a intenção de publicá-lo na revista *Este Mar Catarina*. Sua aposentadoria, então, surge como uma escolha deliberada, voltada ora à escrita literária, ora ao recolhimento pessoal, longe das exigências da vida profissional. Nesse mesmo ano ocorre o lançamento do livro *O Calendário da Eternidade* pela Editora UFSC e finalista do Concurso Nacional de Romance Cruz e Sousa. Em 1984, por conta de um desastre automobilístico, perde a visão do olho esquerdo. A perda da visão não o impediu de participar do VI Encontro de Escritores Catarinenses na capital catarinense, atuando como expositor.

O ano de 1986 é marcado por sua participação no projeto “O livro até você”, patrocinado pela FIAT e promovido pela Editora UFSC. Em setembro é homenageado pela Câmara de Vereadores de Lages e recebe um diploma de honra ao mérito. A pedido do amigo Caio Porfírio Carneiro, escreve, em 1987, o conto *Véu e Grinalda*. Em 1988 escreve *Os Sete Mistérios da Casa Queimada*, ano marcado pela morte de sua mãe. No ano de 1989 comemora a aquisição de seu primeiro vídeo-cassete, passa a colecionar fitas e reúne uma videoteca. Em 1990, participa de eventos culturais na Universidade Federal de Santa Catarina. Em 1991 realiza um depoimento no livro *Salim Miguel -Literatura e Coerência*, para homenagear seu primeiro editor e amigo. Adquiri uma filmadora de vídeo, o cineasta volta a frequentar os planos do escritor.

Já o ano de 1992 é marcado pela comemoração de seus setenta anos e também os setenta anos da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Os anos finais da trajetória de Guido Wilmar Sassi caracterizaram-se por um expressivo retorno à atividade literária, reafirmando seu papel de destaque no panorama da literatura regionalista de Santa Catarina. O ano de 2002 é marcado por sua morte. Homenageado, postumamente, com a Medalha de Mérito Cultural “Cruz e Sousa” em 2002, uma das mais altas honrarias culturais do estado de Santa Catarina. O centenário do autor, em 2022, foi comemorado por todo o Estado através de discussões,

reflexões, exposições, debates, evento que buscou expor a contribuição literária, social e histórica do autor.

Sassi foi um escritor, jornalista e funcionário público, cuja obra se destacou por abordar questões sociais, políticas e existenciais com uma linguagem crítica e refinada. Integrou-se ao cenário literário nacional com uma produção marcada pela reflexão sobre a condição humana e os conflitos sociais, especialmente no contexto do Brasil do século XX. Sua trajetória literária inclui romances, contos e ensaios, com destaque para textos que exploram as contradições da sociedade moderna e o embate entre o indivíduo e as estruturas opressoras do poder.

Dentre suas obras, *Geração do Deserto* ocupa um lugar central por sintetizar muitos dos dilemas éticos, políticos e existenciais presentes em sua produção. O romance é marcado por uma narrativa densa e simbólica, que retrata o desencanto de uma geração diante das opressões políticas e da perda de sentido diante de uma sociedade autoritária e desigual. Por meio dessa obra, Sassi expõe sua crítica contundente às estruturas de poder e à alienação do sujeito, reafirmando sua posição como um intelectual comprometido com a transformação social.

Guido Wilmar Sassi deixou um legado que ultrapassa a produção literária. Sua obra mobiliza questões urgentes sobre identidade, território, desigualdade e resistência. Ao dar centralidade às vozes silenciadas, o autor se firma como um dos principais nomes da literatura engajada do século XX em Santa Catarina. Seu compromisso com a estética e com a ética literária transforma sua biografia em testemunho e sua literatura em memória viva da história social e política brasileira.

2.3 ENTRE O MITO E A HISTÓRIA: A RECONSTRUÇÃO LITERÁRIA DO CONTESTADO EM *GERAÇÃO DO DESERTO*

A obra *Geração do Deserto* foi escrita entre Lages/SC e Rio de Janeiro/RJ, nos anos de 1960 a 1963, lançado pela Editora Civilização Brasileira do Rio de Janeiro em 1964, logo após o Golpe Militar. O romance aborda a Guerra do Contestado, conflito armado que ocorreu na região fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, no sul do Brasil. Embora tenha recebido pouca atenção no momento de seu lançamento, o livro passou a ser

progressivamente reconhecido ao longo dos anos, sendo adaptado para o cinema em 1971 pelo cineasta Sylvio Back, sob o título *A Guerra dos Pelados*.

O livro compõe-se de quatro partes: Irani, Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria. Em cada uma delas um momento culminante do que foi a Guerra do Contestado. O romance inicia-se com a lembrança de São João Maria de Agostinho, mais conhecido como monge João Maria, ele era conhecedor de ervas medicinais, curava os caboclos, dava-lhes esperança de melhores dias, exaltava o Império e torcia pelo fim da República. O monge não aceitava retribuição alguma, não gostava de ajuntamentos e, morrendo, ressuscitaria para continuar a atendê-los.

João Maria, de repente, desaparece e transforma-se em mito que se espalhou por toda a vasta região. Mais adiante surge José Maria, de passado nebuloso, expulso da polícia militar do Paraná, que se apresenta como irmão de João Maria. Além das pregações messiânicas era leitor do livro *Carlos Magno e os Doze Pares de França*. Ao contrário de João Maria ele vai arrebanhando gente, pede duas virgens para dormir ao seu lado, recolhe dinheiro do tempo do Império, as notas miúdas da República ele manda queimar, as cédulas de maior valor, porém, José Maria as guardava.

José Maria forma o primeiro Quadro-Santo no reduto de Taquaruçu e o primeiro batalhão com os Doze Pares de França, vinte e quatro homens escolhidos entre os mais hábeis. A movimentação começa a preocupar o coronel Chico Albuquerque, de Curitiba, que se comunica com o governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, que pede reforço para dispersar os fiéis. José Maria, sentindo-se ameaçado, leva sua gente para Irani, essa mudança é o fato deflagrador de tudo o que viria a seguir, pois a notícia chega a Curitiba/PR e todos pensam ser aquilo um movimento do governo de Santa Catarina para se apossar das terras contestadas.

Embora o monge usasse barba e cabelos compridos, ordenou aos adeptos que raspassem os seus, esse era o sinal de que pertenciam aos crentes, aos fiéis da Monarquia, assim surgindo a designação os *pelados*. Os soldados eram designados de *peludos*. O primeiro combate ocorre em Irani, o coronel paranaense João Gualberto e um grupo de soldados se dirigiram à região pensando desmantelar com facilidade aquele aglomerado de caboclos. Não é o que ocorre, são derrotados, a metralhadora do coronel não funcionou, há morticínio de ambos os lados, morre tanto o coronel João Gualberto como o monge José Maria.

Os caboclos se consideram vitoriosos, voltam para o reduto anterior, o ocorrido faz com que mais pessoas se juntassem ao movimento. Muitas dessas pessoas haviam sido espoliadas pela empresa *Lumber* após a finalização da ferrovia. Os caboclos não consideravam a morte do monge, ele apenas foi aos céus conversar com Deus e retornaria em breve. No

decorrer das batalhas, surgem os personagens que dão vida à obra, como o senhor Juca Tavares, defensor das terras e do direito de ser catarinense, aliados a ele, fazendeiros, comerciantes, políticos de prestígio e pessoas influentes que perderam suas terras para a Companhia Colonizadora.

Juntam-se ao movimento o cego Tavinho guiado pelo leproso Tibúrcio Ribas, Mané Rengo e sua esposa Luzia, a parteira e viúva Delminda, o ex-promotor de Canoinhas Elias de Moraes, Aparício Borges (Coco), Lauro Machado de Oliveira (Liveira) e sua esposa Júlia, o negro Vitorino, Seu Zebinho e as netas virgens, Zeferina Papuda e seu filho Nenê, Chico Ventura, entre outros tantos que personificaram os caboclos no romance. Reunidos em Taquaruçu e liderados por Elias de Moraes sob o comando espiritual da virgem Maria Rosa, os caboclos seguiam a vida no reduto enquanto aguardavam a ressurreição do João Maria.

Acontece então um novo conflito, agora em Taquaruçu, os soldados usam canhão, metralhadoras e granadas, é descrito muitas mortes de ambos os lados, assim foi durante todo o dia. Ao entardecer, junto ao som das balas, outros ruídos se fizeram ouvir, era a chuva e os trovões que acompanharam a artilharia. Ao amanhecer, o reduto estava um deserto, acompanhado de muita lama e corpos de crianças, velhos e pelados. Os sobreviventes aproveitaram a madrugada e, acobertados pela escuridão, partiram para Caraguatá.

As seções subsequentes do livro referem-se aos redutos de Caraguatá e Santa Maria. Entre esses núcleos e outros menores desenvolviam-se constantes hostilidades, que se estendiam por uma vasta área territorial. Os jagunços, profundamente familiarizados com o terreno, adotavam uma tática de guerra móvel, próxima da guerrilha, na qual o elemento surpresa, especialmente em emboscadas, desorientava as tropas inimigas. Utilizavam posições estratégicas, como copas de árvores, desfiladeiros estreitos e trilhas profundas, sempre ocultos pela vegetação, o que resultava em expressivo número de baixas.

Movidos pela crença no retorno de José Maria, considerado sucessor espiritual do monge João Maria, os combatentes, tomados por fervor religioso, enfrentavam os adversários com extrema ferocidade. Em suas consciências permeadas por religiosidade popular, misturavam-se misticismo, crenças e superstições, além de um profundo ressentimento contra os paranaenses, os “americanos” (como eram chamados os funcionários da *Lumber* e das companhias colonizadoras) e os “peludos” de forma geral. Alimentavam, ainda, a esperança de um mundo mais justo, no qual pudessem viver pacificamente em suas terras.

Nas páginas finais de *Geração do Deserto*, Sassi retrata o colapso do reduto de Santa Maria após quatro anos de resistência. A fome e as doenças dizimam a população, composta principalmente por crianças, idosos e enfermos. A rendição dos pelados é anunciada, e os

soldados invadem o reduto, encontrando apenas os mais vulneráveis. Os tabus alimentares são abandonados devido à escassez extrema de alimentos. No contexto de uma profecia de José Maria referente a três dias de escuridão, um eclipse solar ocorre, seguido por uma tempestade de granizo, intensificando o pânico entre os habitantes. Delminda, uma das fiéis, morre de susto, acreditando que o fim do mundo havia chegado.

Em meio ao colapso, Liveira, Júlia, Mané Rengo, Luzia e Valentim tentam fugir pela mata. Liveira se sacrifica para atrasar os soldados, permitindo que os outros escapem. Júlia, ao ouvir o tiro de Liveira, retorna em desespero, mas é morta antes de encontrá-lo. Mané Rengo, gravemente ferido, também morre tentando proteger os outros. Valentim, Luzia e Tadeu conseguem atravessar o rio, haviam chegado a outra margem, haviam fugido do Deserto do qual seu Elias tanto falava, estavam salvos. A escolha por humanizar figuras anônimas, como Mané Rengo e Liveira, revela uma preocupação em dar voz àqueles que foram historicamente silenciados, utilizando a ficção como meio de denúncia e preservação da memória popular.

Majolo (2023) observa que o romance de Sassi rompe com o modelo épico tradicional ao não heroificar seus protagonistas. Em vez disso, oferece ao leitor personagens marcados pela ambiguidade, pela dor e pela esperança, como Tadeu, Liveira, Elias e Zeferina. A autora destaca que Sassi opera uma escrita do testemunho, na qual a infância, a religião e o silêncio são explorados como formas de resistência. Tais escolhas estéticas fortalecem a dimensão política da obra, pois desestabilizam os discursos oficiais e revalorizam as vozes esquecidas da história.

Sendo assim, conforme Linn (2024), o romance histórico de Sassi se destaca por contribuir com a crítica à história oficial, ao reconstituir a memória coletiva dos sujeitos marginalizados. A pesquisadora argumenta que obras como *Geração do Deserto* exercem papel fundamental na desconstrução de discursos hegemônicos, pois resgatam versões alternativas da história e promovem a valorização das identidades subalternizadas. A literatura, nesse contexto, é assumida como um arquivo de memórias, capaz de registrar sensibilidades, afetos e experiências que os documentos oficiais muitas vezes omitem.

Dessa forma, ao narrar a trajetória dos sertanejos do Contestado com profundidade e humanidade, Sassi contribui para uma revisão crítica do passado nacional, reafirmando o papel da arte na construção de uma consciência histórica mais ampla e inclusiva. Por fim, a obra *Geração do Deserto* será analisada no próximo capítulo, com atenção especial à sua relevância para a literatura de Santa Catarina e do Brasil, sobretudo por oferecer uma narrativa

centrada na perspectiva dos vencidos, sujeitos historicamente marginalizados que ganham voz e protagonismo na ficção.

A análise buscará evidenciar como a crítica social se manifesta por meio da linguagem, representando a resistência popular diante da opressão exercida pelas elites brasileiras no contexto da Guerra do Contestado. Trata-se, portanto, de percorrer um caminho interpretativo que une literatura, história e semântica para resgatar sentidos muitas vezes silenciados pela versão oficial dos fatos.

CAPÍTULO 3 – SENTIDOS DA RESISTÊNCIA: A CRÍTICA SOCIAL EM *GERAÇÃO DO DESERTO* SOB UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICA

Antes de analisar a crítica social presente na obra *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, faz-se necessário, primeiramente, realizar uma breve revisão sobre alguns fundamentos da Semântica, com o objetivo de compreender a subjetividade presente nos trechos selecionados para estudo. Esta pesquisa propõe uma leitura semântica da narrativa, buscando interpretar as representações construídas em torno da Guerra do Contestado, especialmente no que diz respeito à forma como são caracterizados os sujeitos históricos que participaram do conflito. Pretende-se, ainda, examinar como os sertanejos do Contestado foram retratados pelo autor, levando em consideração o contexto histórico de produção da obra, inserida no gênero do romance histórico-ficcional.

Tal abordagem permite refletir sobre a maneira como a literatura pode contribuir para a desconstrução de versões oficializadas da história, ao oferecer novas possibilidades de leitura e interpretação sobre o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados. Assim, por meio do estudo da linguagem e da literatura como fonte legítima para a compreensão histórica, busca-se evidenciar o papel da narrativa ficcional como instrumento de crítica social, revelando experiências, vozes e sentidos muitas vezes apagados dos discursos hegemônicos.

3.1 O USO DA SEMÂNTICA PARA ENTENDER A SUBJETIVIDADE SOBRE A CRÍTICA SOCIAL PRESENTE EM *GERAÇÃO DO DESERTO*

A obra demonstra, de maneira implícita, sua criticidade sobre as relações sociais presentes à época do conflito armado denominado Guerra do Contestado. De acordo com Miranda (1997), a obra *Geração do Deserto* constitui-se como uma narrativa literária que articula ficção e história para recontar a Guerra do Contestado a partir do olhar dos vencidos. A autora observa que a construção do enredo revela uma estrutura narrativa linear, em que a caminhada dos sertanejos é marcada pelo deslocamento forçado, pela violência institucional e pela resistência espiritual. Os personagens, embora inseridos num contexto histórico específico, representam sujeitos coletivos profundamente enraizados nas contradições sociais e econômicas do início do século XX.

A obra *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, faz o uso estratégico da linguagem como instrumento de denúncia social e reconstrução da memória histórica. A semântica subjetiva, nesse contexto, compreende os sentidos simbólicos, implícitos e afetivos presentes na narrativa, construídos a partir da escolha vocabular, da ambientação e da representação de vozes marginalizadas. Como destaca Marisa Lajolo (2003), a literatura é uma prática social que opera não apenas no plano da representação, mas como discurso que participa ativamente da cultura e da formação de sentidos. Assim, a obra de Sassi não apenas narra eventos do Contestado, mas inscreve o sofrimento coletivo em uma gramática estética profundamente crítica.

De modo sucinto, podemos dizer que a semântica é a ciência que estuda a significação. Partindo desse pressuposto se faz necessária a revisão de alguns conceitos para a análise da crítica social presente na obra de Sassi. Para Ilari (2006, p. 05) as posições do que é significação são inúmeras:

vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo; desde a crença de que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada pela tradução em outra expressão, até a crença de que qualquer tradução é impossível e para compreender a significação de uma palavra ou frase se exige a participação direta em atividades de um determinado tipo.

O autor reconhece que a semântica não é um campo com fronteiras definidas nem com consensos fáceis. Ela se move em um “terreno de limites movediços”, onde questões de linguagem, cognição, cultura e filosofia se entrelaçam.

“Na construção da linguagem, falamos de ações que se tornam concretas e que se relacionam. O resultado dessas ações é o discurso, entendido como qualquer fragmento conexo de escrita ou fala.” (Henriques, 2011, p. 09). Essa visão pragmática e dinâmica da linguagem embasará a análise semântica subjetiva, pois permite entender o texto como um conjunto de atos de sentido, em vez de um código fixo, do ponto de vista do autor da obra. As redes de significação do léxico propiciam esse entendimento velado nas entrelinhas do livro *Geração do Deserto*.

Nesse sentido, os valores semânticos das palavras ganham uma dimensão ideológica, pois operam como signos da exclusão e da resistência. Como indica Candido (2023), a literatura cumpre uma função social ao reorganizar simbolicamente a experiência humana, e Sassi realiza isso por meio de uma linguagem que torna visível o invisível. O “deserto” não é

apenas o espaço árido percorrido pelos personagens; é também a metáfora do abandono político, da perda de identidade e da luta por reconhecimento.

A semântica subjetiva da obra *Geração do Deserto* evidencia como a linguagem literária é mobilizada para revelar, de forma sutil, porém contundente, uma crítica social profundamente enraizada nas estruturas de exclusão e resistência do Brasil do início do século passado. Ao compreender a semântica como um campo aberto e multifacetado, que ultrapassa a simples correspondência entre palavras e objetos e envolve escolhas simbólicas, afetivas e contextuais, torna-se possível acessar os significados implícitos e ideológicos que permeiam o texto de Guido Wilmar Sassi.

3.2 LEITURA SEMÂNTICA DA CRÍTICA SOCIAL EM *GERAÇÃO DO DESERTO*

A escolha do título *Geração do Deserto*, pelo autor Sassi, assume um forte valor simbólico que ultrapassa a questão literária e geográfica. O “deserto” não representa apenas o espaço físico por onde caminham os personagens, mas também funciona como metáfora do abandono social, da marginalização histórica e do vazio político vivido por uma população esquecida pelo Estado. A palavra “geração” reforça o caráter coletivo e duradouro desse sofrimento, indicando que não se trata de um episódio isolado, e sim de uma experiência histórica compartilhada por um povo.

Ao nomear sua obra com essa expressão, Sassi antecipa o tom de denúncia social que perpassa toda a narrativa, convidando o leitor a refletir sobre a condição dos sujeitos invisibilizados na história oficial. A partir dessa perspectiva, o presente subtítulo propõe uma análise semântica da obra, com o objetivo de compreender como a linguagem literária constrói sentidos simbólicos e subjetivos que revelam a crítica social contida na experiência dos sertanejos durante a Guerra do Contestado.

Durante a narrativa, Sassi revela sua escolha pelo título ao fazer uma correspondência com a passagem bíblica em que Moisés guia o povo pelo deserto em busca da terra prometida:

- Nós somos a geração do deserto! Como a nação dos judeus nós estamos neste deserto, em busca da Terra Prometida. Faz quase quatro anos que nós declaramos a Guerra Santa e estamos lutando para conquistar a nossa terra. Muita gente tem morrido, e os seus ossos estão apodrecendo nos descampados. Mas a Guerra Santa tem que continuar, porque nós somos a geração do deserto, os que devem ser sacrificados. A nossa geração tem que vencer a sua guerra, nem que todos tenham que morrer. No tempo de Moisés ele também guiou o povo pelo deserto, e toda a geração velha morreu. Mas os que nasceram no deserto chegaram à Terra de Canaã, prometida por Deus. São José Maria também prometeu que o nosso povo ia ter uma terra. (Sassi, 2012, p. 116)

O autor expressa o sentimento de sacrifício coletivo e esperança messiânica vivido pelos personagens da obra *Geração do Deserto*. Os sertanejos se comparam ao povo judeu, vendo a si mesmos como uma geração destinada ao sofrimento em nome de um futuro melhor.

O messianismo exerce um papel central na obra, funcionando como força mobilizadora que auxiliou os caboclos a enfrentarem os desafios impostos pela perda de suas terras, pela fome, pelas doenças e pela exclusão social à qual foram submetidos. No início da narrativa é descrita a passagem do Monge João Maria, que anos anteriores percorrera aquela região. O trecho a seguir ilustra como a fé guiava o povo e destaca a importância do monge como figura simbólica na chamada Guerra Santa: “Só mesmo São João Maria de Agostinho para dar um jeito nas coisas e endireitar a vida do povo. Somente ele!” (Sassi, 2012, p. 15)

Sassi retrata, através da fala dos personagens, os dons divinos atribuídos ao monge João Maria:

Atribuíam-lhe dons divinatórios, e praga de gafanhotos ele predissera. Os que ainda viviam observaram a profecia cumprir-se. Desabaram as nuvens de bichos sobre as plantações, dizimando-as. Não sobrou talo de couve nem pé de milho. Até mesmo as árvores grandes ficaram de toda nuas despojadas por completo de suas folhas. Bem, tal e qual, como ele havia predito. As demais profecias também se realizaram, todas ou quase todas. - Ele disse que ia ter uma chuva de pedra muito grande, por causa dos pecados do povo. Foi o que aconteceu no ano passado. Não ficou plantação que prestasse, não sobrou uma fruta pra remédio. Dava tristeza de se ver. - São João Maria falava com os profetas da Escritura. Uma vez ele disse: - “Há de chegar um tempo em que vai ter muito pasto e pouco rasto. Ninguém entendeu. Muitos anos depois é que se viu. Deus uma peste nas criações; dizem que não ficou uma só cabeça de gado, e morreu tudo quanto foi cavalo” (Sassi, 2012, p. 17)

O autor vai construindo a imagem do monge, sempre revelando sua importância para os habitantes daquela região. O monge é retratado como uma figura sagrada e profética, dotada de dons sobrenaturais, especialmente no que diz respeito à capacidade de prever acontecimentos futuros. A precisão das suas profecias, como a praga de gafanhotos e a chuva de pedra, reforçava a crença popular em seu poder divinatório e alimentava a fé coletiva de que ele estava em comunicação direta com os profetas bíblicos e com o divino. Essa percepção fazia do monge mais do que um líder espiritual, ele era um símbolo de esperança e orientação em tempos de crise.

Nesse contexto de forte religiosidade popular, em que a fé se mistura com o cotidiano e com a resistência social, aparece a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná. De acordo com a ficção de Sassi (2012, p. 20) “A Fronteira de Santa Catarina devia estender-se, pelo direito, até os Campos de Palmas. No entanto, aquele município não é nosso, e sim do Paraná. E o nosso adversário, que não se contenta nunca, ainda quer que o seu

território alcance o município de Lajes inteiro”, esse trecho revela um conflito territorial e político entre os estados de Santa Catarina e Paraná, refletindo tensões históricas em torno da delimitação das fronteiras regionais.

A menção ao “adversário que não se contenta nunca” evidencia a percepção de um rival oportunista, que além de já ter obtido vantagem territorial, ainda deseja expandir seus domínios sobre o município de Lages. O uso do termo “nosso” indica um forte senso de identidade regional e de posse do território, carregado de ressentimento. Esse tipo de discurso é importante dentro da obra *Geração do Deserto*, pois reforça o contexto de exclusão e marginalização dos caboclos, que além de sofrerem com a pobreza e a opressão, também são afetados por questões territoriais.

O retorno de João Maria era esperado pelos sertanejos que haviam sido desapropriados de suas terras para a construção da Estrada de Ferro. Observe o trecho a seguir de Sassi (2012, p. 20 e 21):

Mas não só os injustiçados na questão dos limites clamavam pela volta do monge. Também necessitavam dele os que haviam sido expulsos das suas terras, quando foi iniciada a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Causava espanto principalmente a enorme concessão de terras que o governo fizera à companhia:

- Mas isso não pode ser! É um mundão de terra que não acaba mais! Vejam só: quinze quilômetros de um lado dos trilhos, quinze quilômetros do outro... O que é que vão fazer com tanta Terra, meu Deus do céu? E terra da gente, ainda por cima!

A construção da história é feita em torno dos sujeitos do Contestado, homens que vieram de várias regiões e acabaram ficando desempregados após a finalização da construção da Estrada de Ferro, e dos caboclos habitantes do entorno da estrada que foram expulsos de suas terras pelo governo.

A tão esperada volta do monge ocorre, porém sob a figura de seu irmão, José Maria. “E também é santo? Claro que é! É São José Maria! É mais novo que o outro, mas é a mesma coisa. Faz milagres, que nem São João Maria, dá remédios, manda o povo rezar – tudo igual.” (Sassi, 2012, p. 23). Esse trecho revela como o messianismo era essencial para os caboclos do Contestado, funcionando como uma base espiritual, emocional e até organizacional para sua resistência. Os sertanejos conferem significado religioso e político à figura do monge, o significado da fé transcende o literal, operando como um discurso de identidade, esperança e pertencimento.

Os sujeitos do Contestado expressam, na narrativa, uma memória nostálgica do período imperial, associado à fartura de terras e alimentos. Com a República, essa ordem foi rompida: os redutos passaram a abrigar sujeitos vindos de diferentes lugares, majoritariamente

marcados pelo sentimento de abandono por parte do novo regime, que transferiu terras tradicionalmente ocupadas pelos caboclos à uma empresa estrangeira. O trecho a seguir desvela o pensamento do monge: “Nós todos aqui – dizia José Maria – somos irmãos. Os que estão contra nós são os da República. Nós somos os crentes da Monarquia, que é a lei de Deus. A República é a lei do diabo.” (Sassi, 2012, p. 31)

Os caboclos viam na figura do monge José Maria uma esperança de melhorar de vida, de poder pertencer à sociedade e ter seus direitos atendidos pelo governo. “A República não valia mesma nada. Fora ela quem trouxera os males maiores, tais como a Estrada de Ferro e as companhias estrangeiras que lhes roubavam as terras. Havia justiça quando D. Pedro II era vivo. Agora, não. Mas para protegê-los, ali estava o monge.” (Sassi, 2012, p. 32). Essa inversão de prioridades, em que o Estado deixa de proteger seu povo para beneficiar interesses econômicos externos, evidencia a crítica social presente na obra de Guido Wilmar Sassi. Por meio da literatura, o autor expõe as contradições do Estado e dá voz aos sujeitos historicamente marginalizados.

A subjetividade aparece na forma como os personagens são delineados. Sassi evita a idealização e o engessamento dos personagens, optando por figuras reais presentes na sociedade, carregadas de significados e histórias próprias. Como Zeferina e seu filho Nenê, vale o trecho:

Nenê, o buço começando a apontar, a baba e o ranho sempre escorrendo, os olhos sujos de remela, vinha contar:

- Mãe, o se Liveira não quis o anel de ouro. Ele disse que não é de ouro. Disse que é de cobre, e que já está começando a pretejar.

- Coitadinho do meu nenê - dizia a velha, acariciando a cabeça do filho. - Mexem com ele, porque o pobrezinho é meio fraco da ideia. Foi o único filho que ficou comigo, depois que o meu falecido morreu. Os outros me deixaram, não me ligam... Este, coitadinho, sempre agarrado comigo... (Sassi, 2012, p. 39)

Esses personagens, entre tantos outros, são representações complexas da condição cabocla. Conforme Majolo (2023), essas personagens traduzem sentimentos como medo, dor, resignação e esperança, elementos que não se explicitam diretamente, mas permeiam o campo semântico da narrativa.

A personagem Zeferina recorre à evasão imaginativa (fuga da realidade) como mecanismo de enfrentamento da realidade opressiva, criando um universo simbólico que funciona tanto como resistência subjetiva quanto como negação do mundo concreto. Sassi descreve Zeferina como alienada e sôfrega, sua presença constante ao lado do filho, que enfrenta problemas mentais, reforça a condição de vulnerabilidade e de esperança tênue que

permeia sua trajetória. O autor evidencia, por meio desses personagens, uma profunda carga emocional e conflitos internos, desencadeados pelo intenso sofrimento decorrente da persistente busca por uma terra própria, símbolo de resistência e dignidade.

Ao retratar Zeferina e Nenê sem idealizações, o autor revela as marcas profundas que a Guerra Santa havia deixado, evidenciando o impacto emocional e psicológico dos conflitos, humanizando os sujeitos coletivos marcados pela dor, pela resistência e pela esperança de um futuro melhor. O trecho a seguir narra a morte de Nenê, que incentivado pela mãe luta contra o trem de ferro para demonstrar valentia e conseguir assim se casar com a filha de Rocha Alves:

– Vem gritando – avisou a velha – decerto já tá com medo. O apito dá locomotiva deu nos nervos de Nenê, amedrontando-o. Lá vinha, em disparada, O dragão. Negro e feio, todo de ferro. Pela boca vomitava fogo e fumaça, e seus olhos, também de fogo, rasgavam a escuridão da noite. E rugia, o animal, que nem demônio solto.

– Vá, Nenê! Não tenha medo. A tua espada é benzida.

– Avança, dragão do diabo! Eu t cortou com a minha espada.

E a fera avançou, resfolegando e cuspidando chamas.

– Mãe! O grito da máquina impediu que Zeferina ouvisse o grito do filho. Um Vendaval passou junto à velha, fazendo tremer a terra, ensurdeceu-a. A Elética ficou atirada no leito da ferrovia; Nenê, mais adiante, era uma posta de sangue. (Sassi, 2012, p. 71)

A descrição da locomotiva como um “dragão negro e feio”, que “vomitava fogo e fumaça”, demonstra uma representação de alucinações ou interpretações exageradas, evidenciando uma visão distorcida da realidade no estado de sofrimento mental dos personagens.

Os nomes próprios, os apelidos e as formas de caracterização adotadas por Guido Wilmar Sassi evidenciam a origem popular dos personagens e sua vinculação a um universo profundamente enraizado na oralidade, na religiosidade popular e na resistência cotidiana. Por meio desses recursos linguísticos e estilísticos, o autor constrói figuras que representam não apenas indivíduos isolados, mas sujeitos coletivos marcados pela exclusão social e pela luta por dignidade. Como observa Ramalho (2024), a literatura que se propõe crítica deve ser capaz de transformar vivências individuais em signos compartilháveis, e Sassi o faz ao mobilizar a linguagem como memória cultural.

Ao longo da narrativa de *Geração do Deserto*, Guido Wilmar Sassi emprega uma seleção cuidadosa de palavras que vão além de sua simples definição denotativa, revelando uma riqueza de conotações que reforçam a crítica social presente na obra. Por exemplo, o emprego da palavra “deserto” e termos similares não servem apenas para descrever o espaço físico, mas também inferem um sentido figurado para descrever a jornada a qual os caboclos

estão destinados. A expressão “terra prometida” adquire um significado maior do que a simples propriedade física, no contexto da narrativa, pode ser compreendida como a promessa de um futuro melhor, de realização de direitos e de uma condição de dignidade que parece ser constantemente adiada ou negada ao povo marginalizado.

Os vocábulos “fanáticos”, “pelados” e “peludos” vão sendo empregados durante o romance para descrever os personagens. No contexto da obra, “fanáticos” refere-se ao modo de agir ou pensar de determinados personagens ou grupos do romance, carregando uma conotação de exagero, determinação ou até radicalidade. Semanticamente, esse termo pode sugerir uma cegueira ideológica, uma resistência fervorosa que, por outro lado, pode ser vista como uma forma de resistência ou de alienação. Já o termo “pelados” carrega uma conotação de vulnerabilidade, despojamento ou até de uma condição precária, muitas vezes associados à situação de pobreza ou marginalização dos sertanejos.

O trecho a seguir explicita tais comentários anteriores:

Embora o monge usasse barba e cabelos compridos, ordenou aos adeptos que raspassem os seus. Aquele seria o sinal dos que pertenciam à sua gente, aos seus crentes, aos fiéis da monarquia. Era para diferenciá-los dos demais os habitantes do Reduto, servia para diferenciá-los dos que nele não criam e não o acompanhavam.

- São uns *peludos* desgraçados! – vociferava o Monge, durante os sermões. - Os *peludos* da República estão condenados ao inferno, a punição eterna.

Peludo, pois, ninguém desejava ser, e teve aceitação a moda dos cabelos curtos e das barbas raspadas. (Sassi, 2012, p. 45)

Os fiéis à causa e ao Monge José Maria são chamados de “pelados”, a citação revela como o monge usava símbolos externos, como o corte de cabelos e a raspagem da barba, para distinguir seus seguidores (os adeptos ou fiéis) dos demais moradores que não aderiam às suas crenças. Ao ordenar que os seus seguidores raspassem os cabelos, o monge criava uma marca de pertencimento, uma identificação visual que consolidava a coesão do grupo e reforçava a distinção social entre os fiéis e não fiéis e sobre seus adversários.

O uso do termo “peludos”, de forma pejorativa pelo monge, reforça uma visão de exclusão e condenação. Ao chamá-los de “peludos” e associar os não seguidores à condenação ao “inferno”, ele não apenas os estigmatiza, mas também reforça uma divisão moral e social, onde os seguidores são vistos como fiéis, purificados e superiores espiritualmente. Os cabelos curtos e a barba raspada, portanto, passam a simbolizar a adesão à autoridade do monge, à sua doutrina e ao projeto de resistência, além de delinear uma identidade de grupo que rejeitava o símbolo de “peludos” por considerar um sinal de deslealdade ou erro.

As palavras “videntes”, “virgens”, “velas”, “Quadro Santo”, “benzeduras”, “profeta”, “medida de São João Maria”, “fé”, “orações fortes”, “patuás” e “exército de São José Maria”; desempenham um papel fundamental na compreensão do messianismo presente na obra de Sassi ao revelar as linhas de sentido simbólico, afetivo e religioso. Esses termos funcionam como símbolos e recursos linguísticos que carregam um profundo peso cultural e espiritual. Na passagem “os jagunços iam pedir ao beato que lhes preparasse *patuás* para fechar-lhes o corpo, e queriam *orações fortes* que lhes permitissem lutar contra as forças do Governo e saírem ilesos.” (Sassi, 2012, p. 49), é possível identificar claramente símbolos que carregam significados profundos no contexto do messianismo presente na obra.

O “Quadro Santo” era o reduto da Monarquia para o monge José Maria e seus seguidores. Inspirado pelo livro *Histórias de Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, o monge escolhe entre os caboclos os seus Pares de França para formar a Guarda do Reduto: “Diariamente José Maria passou a instruir seus homens, ensinando-lhes a marchar e manejar as armas. Não estava nada satisfeito, pois ainda eram poucas as armas de fogo [...], o mais eram facas e facões, machados e foices, estas o ferro em ponta, já transformadas em lanças.” (Sassi, 2012, p. 30). O reduto, especificamente o Quadro Santo, é descrito como o espaço de resistência, de fé e de esperança dos seguidores de José Maria, além de simbolizar um refúgio espiritual e político contra o avanço das forças contrárias, o governo republicano e suas tropas.

O exército, formado pelos seguidores de José Maria, simboliza a força coletiva, a luta armada e a organização popular de resistência. Ainda que suas armas fossem precárias, sua formação e disciplina, inclusive a inspiração nas histórias de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, reforçam uma ideia de luta organizada, de coragem e de esperança na vitória através da fé e do empenho coletivo. O exercício de ensinar a marchar e manejar armas reforça a semântica de combate, de luta por territórios e direitos, além de consolidar a ideia de um corpo de resistência que encarna o ideal de luta social e religiosa.

Nas primeiras páginas da narrativa, Sassi descreve o monge João Maria como uma figura caridosa, bondosa, pacata e humilde, que surge pregando e curando, de comportamento absolutamente regrado. Em oposição surge à figura de seu irmão José Maria, que bebe, fuma, é mulhengo, e vai gradualmente estabelecendo sua liderança à base da violência. Manda assassinar seu ex-companheiro, que era conhecedor de sua verdadeira identidade:

José Maria teve alguns problemas com um tal de Barnabé, conhecido seu, de quem tinha sido colega na Força Pública do Paraná, da qual, aliás, haviam desertados juntos. Barnabé possuía documentos dos quais constavam o verdadeiro nome do monge – Miguel Lucena de Boaventura, e experimentou fazer chantagem,

obrigando-o a dividir com ele o dinheiro das esmolas. José Maria chamou um dos seus Pares, Urgel de Danoa, e contou-lhe, em segredo, que Barnabé era um espião da República. Dias depois Barnabé apareceu morto, perto do Quadro Santo, com uma bala nas costas. (Sassi, 2012, p. 35)

Essa diferenciação também é significativa para compreender o papel do messianismo na Guerra do Contestado, uma vez que ele não se manifesta apenas por meio de figuras santas ou milagrosas, mas também assume formas complexas de liderança, manipulação e poder, que também contempla estratégias humanas, conflitos pessoais e políticas de poder.

O livro é dividido em quatro partes: Irani, Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria, em cada sessão um momento culminante do que foi a Guerra do Contestado sob a perspectiva de Sassi. No final de 1912, durante o combate de Irani, José Maria é morto por forças lideradas pelo coronel João Gualberto, que também encontra a morte no campo de batalha:

Os dois chefes se encontraram cara a cara, e a espada do monge atingiu o coronel na cabeça, com um pranchaço forte. Os joelhos fraquejando, João Gualberto caiu.

- Tu me mata, desgraçado, mas tu vai também!

E João Gualberto desfechou dois tiros, acertando no peito do monge. João Gualberto vencido, os jagunços retalharam-no a facão.

[...] Morto estava José Maria, e com ele mais quinze jagunços. Grande era o número de feridos, e as lamentações e o choro das mulheres faziam coro com os gritos de dor. E o monge não estava mais ali para curá-los. [...] Esvaindo se em sangue, os homens pereciam. [...] Homens e mulheres, sem chefe agora, se desesperavam. Era necessário restabelecer a ordem e a calma. Chico Ventura falou: - o monge não morreu. Foi ao céu conversar com Deus, mas volta logo, pra tomar conta da gente. (Sassi, 2012, p. 52 e 53)

Nota-se a partir desse trecho a imensa fé que os caboclos tinham nas profecias de José Maria, pois ele falava que se morresse, ressuscitaria, todos os que morressem em combate na Guerra Santa iriam ressuscitar. Na frase “Foi ao céu conversar com Deus, mas volta logo, pra tomar conta da gente”, o autor revela uma crítica sutil, porém profunda, à relação entre a sociedade marginalizada do Contestado e o Estado brasileiro. Os fiéis atribuem ao monge uma função que é, na verdade, responsabilidade do próprio governo: o cuidado e a proteção do povo.

A partir do falecimento de José Maria, sucedem-se novas chefias: Manoel e Elias, com a vidente Maria Rosa, comandam o grupo em Taquaruçu; Elias e Manoel das Neves, com a vidente Ana, são os comandantes em Caraguatá; e enfim, em Santa Maria, é especialmente Adeotado quem termina por centralizar o poder com despotismo e violência. Os seguidores do monge assim sobrevivem, e Sassi vai criando seu enredo em torno desses personagens que vão à busca da terra prometida. De acordo com Hohlfeldt (1992, p. 73), os personagens “sem uma história pessoal, assumem a tradição histórica alheia e transformam-se, eles mesmos, não

apenas na geração do deserto como nos detentores de uma Guerra Santa que haverá de reimplantar a justiça na terra.”

Após a morte do líder José Maria, seus seguidores sentiram a necessidade de encontrar um novo guia que pudesse conduzi-los à Taquaruçu, mesmo que esse líder não assumisse uma forma humana, eles acreditavam que, naquele local, o monge ressuscitaria. Neste trecho nota-se a esperança e a crença dos caboclos: “O monge mandou que seu povo fosse de novo pra Taquaruçu, para esperar a volta dele. Muita gente tá de viagem pra lá. Nós também vamos. Vocês não vão?” (Sassi, 202, p. 58). Os redutos protegem todo o povo do sertão do Contestado, esse povo segundo Sachet (1992, p. 100) são “os injustiçados na questão dos limites, os expulsos de suas terras ao longo da Estrada de Ferro, os espoliados pela Lumber, os desempregados com a chegada do trem que eles mesmos haviam espalhados pelo sertão, um exército de estropiados que reza e trabalha”.

Os combatentes da Guerra Santa, muitas vezes denominados de fanáticos, percorriam os redutos, lugar ao qual consideravam seu chão, sua terra prometida. O “reduto”, na narrativa de Sassi, representava um espaço de resistência e de afirmação de valores culturais, religiosos e políticos dos caboclos do Contestado. Ele simbolizava um refúgio onde os seguidores de José Maria podiam preservar sua identidade, manter suas crenças e continuar lutando contra as forças opressoras do Estado republicano e das empresas colonizadoras. Durante essas peregrinações de reduto em reduto, aparecem os personagens, cada um com suas características e objetivos próprios.

De acordo com Sachet (1992, p. 100) “Porque são humanos, os personagens caem nas tentações do sexo, da inveja, do ódio e das mortes. E a consciência do pecado alimenta a explicação da queda, da derrota e da morte.” Na passagem seguinte é possível ver como os sertanejos compreendiam os acontecimentos que lhes cercavam: “Aquilo era castigo, castigo puro. Fora bulir com as coisas sagradas, desonrando a *virgem*, e agora lhe aconteciam dessas. Vingança do céu, vingança de São José Maria.” (Sassi, 2012, p. 92), essas são as palavras de Ricarte Branco, após matar por engano seu amigo Coco, pensando ser um inimigo. A obediência e a fé nas palavras e promessas do monge moviam os adeptos, serviam de lei para a conduta e esperança de um futuro melhor.

A batalha de Santa Maria, última descrita na obra *Geração do Deserto*, é marcada por fortes acontecimentos, muita doença, feridos, mortes, aleijados, uma verdadeira degradação humana. O trecho seguinte desvela os acontecimentos precedentes ao ataque final:

[...] as notícias não eram boas: as forças do Governo tinham avançado, e agora estavam em Tapera, bem próximas do reduto, sob o comando do coronel Estillac

Leal. Mas os soldados podiam aproximar-se o tanto que quisessem, em Santa Maria é que não entrariam nunca. Tinham que passar primeiro pela Guarda do Santo e pela Cova da Morte. Nunca mesmo que entrariam lá. Em todo o caso, Elias mandou reforçar a guarda. Os bombeiros se movimentaram, pelos caminhos do Sertão, para arregimentar todos os *fanáticos*. A ordem era para que todos se concentrassem em Santa Maria ou nas redondezas, onde iriam opor resistência às forças do Governo. (Sassi, 2012, p. 122)

Esse trecho destaca o significado do reduto como um espaço de resistência inabalável. Ao afirmar que as forças do governo poderiam chegar até Tapera, mas que em Santa Maria nunca entrariam, reforça a noção de que o reduto simbolizava uma área de resistência e proteção que deveria ser defendida a qualquer custo.

A mensagem de que “nunca mesmo entrariam lá” reforça o sentido de inviolabilidade e esperança de resistência espiritual e cultural contra a opressão governamental. Além disso, a instrução de reforçar a guarda e reunir os “fanáticos” em Santa Maria, destaca a importância do reduto como núcleo de resistência, de organização coletiva e de preservação dos valores da comunidade sertaneja. A citação de Sassi (2012, p. 122) “Castelhano andava para as bandas de Lages, ameaçando a cidade [...], Castelhano não veio para o Reduto principal, porque foi morto em uma emboscada. A suas orelhas foram levadas, feitas troféu, para a cidade.”, reforça o quão violento foi o conflito, que dizimou centenas de pessoas de ambos os lados.

A condição humana dos sertanejos do Contestado, marcada pelo sofrimento e pela morte, é retratada por Sassi de forma comovente e contundente. Em uma de suas passagens descritivas, o autor revela a devastadora realidade enfrentada por esses sujeitos: “os homens dia a dia rareavam, mortos pelos soldados, pelo tifo, pela varíola e pela disenteria. Outros foram feitos prisioneiros; e outros ainda, haviam desertado.” (Sassi, 2012, p. 123). Essa descrição evidencia não apenas a fragilidade física, mas também a vulnerabilidade emocional e social desses sertanejos, cujo cotidiano era permeado pela dor, pela perda e pela desesperança diante de uma resistência que se alimentava de fé, mas também de poucas perspectivas de sobrevivência.

Além disso, outra passagem marcante é o impacto que o conflito tem na infância das crianças do reduto:

O recurso, o único, era promover à condição de homens aqueles meninos de 12 anos, até menos. Tropeçando, eles se arrastavam atrás dos piquetes, com toda a classe de armas que lhes haviam arranjado. Quase para nada valiam, nos combates, mas para gritar serviam. Os *peludos* pensariam estar lutando contra homens de verdade, pois a distância lhes confundia a pequenez da estatura e o físico minguaado. A distância enganava. Os soldados se enganavam. E os jagunços tentavam enganar-se, procurando acreditar que ainda possuíam muita gente válida para os combates e para a vitória. (Sassi, 2012, p. 123)

Percebe-se que a infância foi brutalmente roubada dos meninos envolvidos na guerra do Contestado. Ao descrever meninos de apenas doze anos, ou até menos, sendo forçados a desempenhar papéis de soldados, o texto evidencia a perda precoce da infância, substituída pela violência, pela arma e pela experiência de guerra. Outro trecho do livro mostra a indignação do personagem Mané Rengo com aquela situação: “– Isto é uma barbaridade! – Uma judiaria!” (Sassi, 2012, p. 123).

O general Setembrino, do Rio de Janeiro, estabeleceu o quartel general em Curitiba, apoiado pela polícia catarinense, aumentando o número do contingente com o intuito de dar fim à guerra dos fanáticos. Setembrino mandou vir da capital da República dois aviões. Os sertanejos assustados comentavam o fato: “O gavião de aço! No céu, revolteando, o estranho animal voava, com um ronco surdo. O povo teve medo, pôs-se de joelhos e começou a rezar. As profecias de São Joao Maria iam se cumprindo, uma a uma.” (Sassi, 2012, p. 121). Sobre esse episódio Salim Miguel faz a reflexão de que:

Durante os quatro anos de luta foram necessários sete mil soldados do exército brasileiro, mais as forças policiais do Paraná e de Santa Catarina, mais os capangas dos coronéis, mais os seguranças do Farquhar e, até mesmo, pela primeira vez, a atuação da aviação militar do Brasil, para que aqueles homens, que lutaram por um pedaço de terra, fossem dizimados. (Miguel, 2008, p. 152)

Sassi retrata em sua obra figuras históricas verdadeiras, como os militares que participaram do conflito, tratando fielmente os dados conhecidos, mas de maneira ficcional. Nota-se a intenção do autor de recontar a história sob sua perspectiva.

O personagem Adeodato, já atordoado com os acontecimentos no reduto nos últimos dias do conflito, começa a agir impulsivamente, vendo-se ilhado pelas tropas do Governo, começa a tomar atitudes cruéis: “A comida estava cada vez mais rara. Adeodato ordenou a matança das crianças, livrando-se das bocas inúteis.” (Sassi, 2012 p.158). Outro trecho impactante é a cena da morte de Jovina:

A mulher aproximou-se, de joelhos, implorando piedade. – Não mande me matar, seu Adeodato. Eu tou grávida. – Eu tou vendo, disse Adeodato. [...] Adeodato sacou o revólver e agarrou a mulher pelos cabelos. – É por isso mesmo! Morre você, que não presta pra nada – o revólver encostado no rosto da mulher, Adeodato atirou. – e morre você também, que estava para nascer e ia comer a comida de quem briga – o segundo tiro foi no ventre de Jovina. (Sassi, 2012, p. 159)

Pode-se perceber a profunda desumanização e o desespero que dominam a narrativa nos momentos finais do conflito.

A atitude de Adeodato, tomando decisões cruéis e irracionais, como ordenar a matança das crianças e matar Jovina grávida, evidencia a degeneração moral provocada pela fome, pelo medo e pelo colapso emocional diante da situação extrema. Essas ações indicam como os indivíduos, isolados pelo caos e pela escassez, podem perder seus princípios essenciais, agindo por impulsos violentos e sem compaixão. O mesmo ocorria no outro lado, soldados já cansados da luta incerta, ao se depararem com os caboclos, cometiam atrocidades: “Enquanto realizavam uma limpeza geral, a fim de acabar para sempre com o *fanatismo* do sertão, os vaqueanos começaram a cometer desmandos, gritando: - Agora é a nossa vez! Degola! Degola!” (Sassi, 2012, p. 160).

Em uma cena descrita por Sassi, revela-se a situação na qual os sertanejos se encontravam no momento da rendição:

- Eles vão se entregar! Eles vão se entregar!

A notícia correu pelo acampamento, alegrando a soldadesca. Emissários dos *fanáticos* haviam proposto a rendição, em breve a luta estaria terminada, e todos poderiam regressar para suas casas. Houve começo de festa entre os soldados.

Confirmada a notícia, a rendição aceita, começaram a chegar as primeiras levas de jagunços. Gente aleijada, semimortos de fome, disenteria, tifo e varíola; a maioria velhos mulheres e crianças. Pelo acampamento desfilou aquele ror de trôpegos, macilentos e esfomeados - o saldo de quatro anos de guerra. Urgia dar de comer aquela gente. Muitos morreram, tão logo receberam uma ligeira refeição. (Sassi, 2012, p. 152)

A alegria inicial dos soldados com a notícia da rendição contrasta brutalmente com a cena que se segue: o desfile de jagunços debilitados, esfomeados e doentes. Os que chegam ao acampamento não são inimigos perigosos, mas seres humanos devastados, o povo do interior, abandonado e massacrado, que sobreviveu por anos à guerra e à miséria.

Sobretudo, mais do que um episódio de guerra, esse momento retrata o fracasso de um país em proteger os seus. A Guerra do Contestado foi movida pela luta de comunidades expulsas de suas terras e ignoradas em suas necessidades mais básicas. Esse saldo de quatro anos de guerra, como aponta o trecho anterior, não é apenas uma contagem de sobreviventes, é a memória viva de um povo esmagado pela injustiça e pelo abandono. Esse último capítulo é marcado pela morte, em contraponto ao capítulo primeiro, que é marcado pela vida e pelo nascimento de novas crianças no reduto. Já o segundo e terceiro capítulo são uma mescla de vida e morte.

Sassi centraliza sua atenção a dois pares de personagens que protagonizam o enredo de quase todos os capítulos, um mais idoso: Mané Rengo e sua mulher Luzia e seu filho adotado Valentim; e um par mais jovem: Liveira e Júlia – pais de Tadeu e Gracinda, nascidos

durante as andanças de reduto em reduto. Dessa forma o autor cria um contraste entre a história e a perspectiva futura. No último episódio, os caboclos derrotados não conseguem mais resistir. Liveira foge com a filha Gracinda ardendo em febre devido a tifo, sua esposa segue-o com Tadeu. Mané Rengo e Luzia, acompanhados por Valentim, vão com eles em busca de refúgio. Gracinda morre durante a fuga, Liveira decide-se pelo enfrentamento ao notar que os soldados estavam próximos, garantindo a salvação dos demais. Ao ver Liveira ser atacado, Julia retorna e acaba morta também. Os sobreviventes da fuga aproximam-se do rio, durante a travessia Mané Rengo é atingido mortalmente, restam Luzia, Valentim e Tadeu.

Sobre esses três sobreviventes, Sassi deposita a esperança, a fé e a expectativa de um futuro:

- Obedeça, mulher! Vá embora! Numa família é sempre o homem quem manda. Vá embora! Cuide bem do Valentim e do Tadeu. São teus filhos de agora em diante. Me deixe. Eu vou depois.

[...]Mané rengo esperou que os soldados sumissem. Depois, lentamente, começou a subir pela barranca. Progrediu aos poucos, agarrando-se às pedras e raízes. Lá bem longe, por entre as árvores, ele viu - ou imaginou ter visto - a sua gente em fuga. Quis gritar pedindo socorro. Palavra nenhuma saiu-lhe da boca, uma golfada de sangue abafando-lhe a voz.

[...] Estavam do outro lado, a salvo. A imagem dos três ele guardou na retina. Depois uma névoa toldou seus olhos. Não viu mais nada. Largou as ramagens e escorregou devagarinho para dentro do rio. (Sassi, 2012, p. 166)

Esse trecho, o último da obra, evidencia o sacrifício do personagem Mané Rengo para salvar o restante de sua família e amigos. Nesse contexto, Sassi finaliza a narrativa com a esperança de um futuro possível através de alguns elementos: a fuga como possibilidade de um recomeço; a fé de retomar uma vida em liberdade; o simbolismo do rio como divisão de perigo e segurança; e a força da resistência. Mesmo diante da violência e do sofrimento impregnados na fuga, os personagens mantêm a esperança de um futuro em que possam se reunir, se recuperar e recomeçar suas vidas em paz. Essa esperança é simbolizada na imagem de seus entes queridos do outro lado do rio.

Linn (2024) destaca que a crítica social formulada por Sassi ocorre em camadas de sentido que exige do leitor uma leitura atenta às entrelinhas. A construção sintática, por vezes fragmentária, com travessias abruptas e elipses temporais reforça a sensação de desorientação dos sujeitos da narrativa. A ausência de explicações explícitas sobre certos eventos obriga o leitor a ocupar o espaço vazio deixado pelas omissões do narrador, processo que reforça o engajamento estético e ético diante das injustiças denunciadas. A ambiguidade deliberada

transforma o texto em um campo polifônico, onde as palavras ganham espessura histórica e emocional.

A subjetividade semântica na obra de Sassi não se limita à denúncia das injustiças, ela também propõe uma estética da solidariedade. A presença de crianças órfãs, mulheres que acolhem, velhos que rezam e jovens que sonham permite visualizar um futuro possível, ainda que incerto, para os herdeiros do Contestado. A esperança, assim, não é negada, mas transformada em expectativa silenciosa, escrita nas entrelinhas do texto. Essa linguagem de resistência poética e política reafirmam a literatura como espaço de reelaboração simbólica das dores sociais, conforme defendem os autores mencionados durante a pesquisa, posicionando *Geração do Deserto* como um marco da literatura de Santa Catarina e do Brasil.

Por fim, de acordo com Hohlfeldt (1992) o livro é um romance-marco, inserindo-se no pequeno conjunto daquelas obras que pretendem revelar a visão dos vencidos, a versão dos marginalizados, quando transformados em sujeitos da história. É um dos marcos da resistência popular à tradicional opressão das elites brasileiras. Sendo assim, conforme Linn (2024), o romance histórico de Sassi se destaca por contribuir com a crítica à história oficial, ao reconstituir a memória coletiva dos sujeitos marginalizados. A pesquisadora argumenta que obras como *Geração do Deserto* exercem papel fundamental na desconstrução de discursos hegemônicos, pois resgatam versões alternativas da história e promovem a valorização das identidades subalternizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar a crítica social presente na obra *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, por meio de uma abordagem semântica subjetiva. Conforme destaca Sachet (1992), as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma produção significativa de estudos sobre os chamados “movimentos messiânicos” no Brasil, especialmente no que se refere à confluência entre religiosidade, economia e sociologia no episódio místico-militar da região do Contestado.

Inserida nesse contexto de revisitação histórica, a obra *Geração do Deserto* se destaca por ser pioneira ao dar voz ficcional aos sertanejos, oferecendo uma nova perspectiva sobre o conflito. A análise realizada permitiu desvelar as camadas de crítica social presentes no romance, alcançando, assim, o objetivo proposto pela pesquisa. No entanto, reconhece-se que o estudo não esgota as possibilidades interpretativas da obra, havendo espaço para investigações mais aprofundadas em diferentes enfoques teóricos e interdisciplinares.

Nesse sentido, a análise da obra não apenas auxiliou na interpretação das palavras em si, mas também permitiu decifrar os discursos que se formaram por trás delas, discursos estes que denunciavam a opressão, resgatavam memórias silenciadas e construíam um espaço de voz para os marginalizados. Assim, o uso da semântica subjetiva revelou-se fundamental para compreender de que modo a literatura atuou como forma de resistência e como instrumento de crítica social, ao transformar a dor coletiva em linguagem significativa. A obra, ao narrar o percurso dos vencidos, tornou-se um espaço de enunciação política e histórica, em que o “deserto” é, ao mesmo tempo, paisagem e denúncia.

Como objetivos específicos foram propostos investigar como a linguagem e as escolhas semânticas contribuem para a construção dessa crítica social; examinar de que modo a linguagem subjetiva evidencia as desigualdades sociais; e identificar o papel da subjetividade na formulação de uma crítica social implícita. Ao analisar a obra de Sassi, observou-se que a linguagem utilizada refletiu as condições de abandono político e social vivenciadas pelos caboclos no início do século XX, especialmente na área do Contestado. O uso de metáforas como “deserto” simboliza não apenas o espaço físico árido, mas também o sentimento de esquecimento e exclusão deixado pelo Estado e pelo sistema econômico opressor.

As referências à religiosidade, como “patuás” e “orações fortes”, representam uma prática cultural de resistência e esperança em meio à violência e marginalidade, caracterizando uma linguagem que denuncia a desigualdade estrutural e reforça a identidade cultural do povo

sertanejo, marginalizado pelo sistema econômico baseado na exploração das terras e dos recursos naturais. A religiosidade não só sustentou o povo na luta, mas também denunciou a ausência de uma justiça social e o abandono por parte do Estado. O messianismo desempenhou papel fundamental na resistência do povo durante a Guerra do Contestado. A fé, especialmente na figura do Monge João Maria, simbolizava uma esperança coletiva e uma força mobilizadora que ajudou os sertanejos a enfrentarem as adversidades como a perda de terras, a fome, as doenças e a marginalização social.

A hipótese levantada para o estudo foi que por intermédio de uma linguagem carregada de subjetividade, Guido Wilmar Sassi constrói uma crítica social implícita em *Geração do Deserto*, na qual a desigualdade e a exclusão social são evidenciadas pela escolha semântica de palavras. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que as escolhas vocabulares e os elementos linguísticos utilizados pelo autor desempenharam um papel fundamental na construção de uma narrativa carregada de significados simbólicos e implícitos. Essas opções linguísticas serviram como instrumentos de denúncia às desigualdades, à marginalização e ao abandono experimentado pelos sertanejos durante a Guerra do Contestado.

A questão central que norteou a pesquisa foi “como as escolhas semânticas de Guido Wilmar Sassi em *Geração do Deserto* constroem uma crítica social subjetiva, e de que maneira essas escolhas linguísticas reforçam ou questionam as noções de desigualdade e marginalização social presentes na obra?”. Observou-se que a escolha semântica das palavras pelo autor não foi aleatória, mas um reflexo das condições sociais e culturais da época, usadas como estratégia para expor a situação dos sertanejos. O léxico contribuiu para a construção de uma crítica social subjetiva ao usar uma linguagem carregada de simbolismo, afetividade e subjetividade, que revelaram, de forma sutil, as profundas desigualdades e injustiças enfrentadas pelo povo. O autor opta por elementos vocabulares que reforçam a alienação, o sofrimento e a resistência dos personagens, muitas vezes usando metáforas. O autor Sassi, em entrevista reproduzida por Salim Miguel no livro “Salim Miguel, minhas Memórias de Escritores”, fala sobre seu pioneirismo em *Geração do Deserto*:

Em *Geração do Deserto* eu também enveredaria por caminhos... Espere aí. Por caminhos dá cacófato. Deixe-me consertar a frase. Assim: eu também enveredaria na direção de caminhos ainda não palmilhados, trazendo para o romance, pela primeira vez, o jagunço, crente e adepto dos monges João Maria e José Maria. Pela primeira vez a Campanha do Contestado teria tratamento ficcional. E chegaria ao cinema, pois o meu livro foi até mesmo filmado, em 1971, por Sílvio Back, com o título de *A Guerra dos Pelados*. Dizem que todo mundo que participou das filmagens foi premiado. Todo o mundo, menos eu, pois nem sequer recebi o tutu a que se referia o contrato. E perdi o contrato. (Sassi, 2008, p. 177)

A citação de Sassi revela um momento crucial na literatura sobre a Guerra do Contestado, pois marcou a primeira vez que o romance passou a retratar de forma ficcional personagens específicos, como o jagunço e os crentes dos monges João Maria e José Maria. Essa inovação na narrativa representa uma aproximação mais profunda e simbólica às figuras e mitos que protagonizaram o conflito, além de promover uma ampliação das possibilidades de representação ficcional da história, que antes era muitas vezes limitada a registros mais documentais ou excludentes.

Ao destacar que sua obra foi a primeira a tratar ficcionalmente os personagens do Contestado, Sassi evidencia o papel do literário na construção de uma memória social mais inclusiva e representativa, combatendo narrativas oficiais que muitas vezes marginalizavam ou minimizavam a atuação dos sertanejos e camponeses. Essa valorização das figuras tradicionais e do folclore reforça a crítica social presente em seu livro. Ao incorporar personagens como os jagunços e os adeptos dos monges na ficção, há uma valorização das ações e crenças desses sujeitos na luta contra a opressão, fortalecendo a visão de resistência cultural e social presente na obra. Essa estratégia narrativa reforça a crítica às estruturas de poder e invisibilidade social.

O fato de a obra ter sido filmada e ter atingido o cinema demonstra a forte repercussão e a expansão do debate cultural em torno do Contestado, contribuindo para a disseminação de uma narrativa mais empática e crítica sobre esse episódio. Sassi participa de uma estratégia de ressignificação e valorização do universo popular, através de uma narrativa ficcional que humaniza e mitifica personagens tradicionais, fortalecendo, assim, a crítica social implícita na linguagem. O livro *Geração do Deserto*, através de sua narrativa, atua como forma de resistência, memória e crítica ao sistema social e econômico vigente à época, que marginalizou os sujeitos históricos.

Desse modo, a obra de Sassi construiu uma ponte entre literatura e memória social, ao assumir a narrativa do Contestado como projeto ético e estético, o autor transforma sua literatura em território de escuta e reparação. *Geração do Deserto* não apenas denuncia a exclusão, mas afirma a existência e a dignidade de um povo que a história oficial tentou apagar. Por meio de seus personagens, da geografia narrada e do entrelaçamento com o mito e a espiritualidade popular, a obra oferece uma leitura sensível e crítica de um dos episódios mais silenciados da história brasileira. As escolhas semânticas funcionam como estratégias que deixam explícito o silêncio imposto pelas estruturas de poder e revelam, de modo implícito e emotivo, uma crítica profunda à sociedade.

Através da análise das estratégias semânticas de Sassi, tornou-se possível perceber a força simbólica do título *Geração do Deserto* como metáfora do vazio social, político e econômico que permeou a condição desses sujeitos históricos. Além de reforçar a ideia de uma geração marcada por impasses existenciais e sociais, essa metáfora contribui para uma leitura mais aprofundada sobre o esquecimento e a invisibilidade desses povos na história oficial. A estrutura do romance também contribui para essa leitura subjetiva dos eventos. A divisão em quatro partes (Irani, Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria) evoca não apenas um percurso geográfico, mas uma jornada espiritual. A semântica da errância e da peregrinação é utilizada como estratégia para representar um povo à deriva, despossuído e despatrimonializado.

Outro aspecto importante revelado pela pesquisa é o papel da obra como instrumento de desconstrução de versões oficiais da história. Sassi, ao valorizar a voz dos vencidos e dos marginalizados, utiliza sua narrativa para resgatar memórias esquecidas e oferecer uma perspectiva alternativa, mais humanizada, do conflito do Contestado. Dessa forma, a literatura se mostra como uma prática de resistência, capaz de suscitar reflexões críticas sobre as estruturas de poder e as desigualdades sociais, estimulando a conscientização do leitor e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. A utilização da análise semântica subjetiva revelou-se, ainda, uma ferramenta eficaz para compreender as mensagens ocultas na obra, permitindo uma leitura mais profunda e sensível das contradições sociais apresentadas.

Considerando os resultados obtidos, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise intertextual entre *Geração do Deserto* e outras obras literárias ou audiovisuais que retratam a Guerra do Contestado, com o objetivo de compreender diferentes construções discursivas sobre o conflito. Além disso, estudos comparativos com outros autores do regionalismo brasileiro podem ampliar a discussão sobre o uso da linguagem subjetiva como forma de crítica social. Também se indica a aplicação da abordagem semântica subjetiva em outras produções de Guido Wilmar Sassi, visando identificar continuidades temáticas e estilísticas em sua obra, bem como sua contribuição para a construção de uma memória histórica alternativa.

Por fim, os resultados indicam que Guido Wilmar Sassi, ao empregar uma linguagem carregada de subjetividade e simbolismos, construiu uma crítica social potente, que evidenciou as desigualdades e denunciou o abandono enfrentado pelos sertanejos da época. Sua obra atua como um resgate da memória coletiva e reforça o papel da literatura como mecanismo de resistência e transformação social. Assim, infere-se que *Geração do Deserto* vai além de uma narrativa de ficção histórica, ela é uma representação simbólica de uma

geração esquecida, cuja voz ecoa por meio da linguagem e das significações implícitas, contribuindo para ampliar a reflexão sobre as estruturas de exclusão e resistência presentes na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense: A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville**. Dissertação (Mestrado em literatura brasileira e teoria literária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

ALMEIDA, Ricardo. Bienal do Livro. **A literatura como ferramenta para desenvolver o pensamento crítico**. 2023. Disponível em: <<https://bienaldoslivros.com.br/desperte-seu-pensamento-critico-com-a-literatura/>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ARRUDA FILHO, José Matos de. **Baruio di Purungo**. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BOSETTI, Cleber José. **Agriculturas Familiares no Planalto Serrano Catarinense**. In: As Identidades Culturais No Planalto Catarinense: Dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade. Florianópolis: Edições do Bosque, 2023.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2023.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas FFLCH, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

COMIOTTO, Ariela Fátima. **Ensino de línguas minoritárias: uma revisão de literatura sobre o talian**. Uniletras, v. 43, p. 1-21, 2021.

DE CESERO, Camila. **O caso do martelo e O caso da caçada de perdiz, de José Clemente Pozenato: literatura policial como representação cultural da região serrana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2022.

GRANADA, Daniel. **As Identidades Culturais No Planalto Catarinense: Dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade**. Florianópolis: Edições do Bosque, 2023.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOHLFELDT, Antônio. **Ficção e Realidade**. In: SOARES, Iaponan; MIGUEL, Salim (orgs.). Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1992.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2006. 96 p. (Princípios; 8)

JOBIM, José Luís; ABREU, Márcia; SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **Marisa Lajolo com Todas as letras**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2024.

KAMMERS, Elizabeth Ghedin. **Santa Catarina em exposição: desenhos e pinturas de motivos catarinenses em tempos de modernidade.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura?** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LAJOLO, Marisa. **Marisa Lajolo com todas as letras: literatura, leitura, leitores.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

LINN, Natiely Aparecida. **O protagonismo sertanejo e a crítica à história oficial: representações do Contestado por meio do estudo dos romances históricos Geração do Deserto (1964) e O Reino Místico dos Pinheirais (2011).** 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

MACHADO, Janete Gaspar. **A Literatura em Santa Catarina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MAJOLO, Aline. **Contestando o Contestado: um olhar benjaminiano sobre “Geração do Deserto”, de Guido Wilmar Sassi.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023

MELO, Lionete Neto Garcia. **O regionalismo na literatura de Guido Wilmar Sassi: um estudo dos contos "Piã", "Escola", "Amigo Velho", "Cerração" e "Serragem" e do romance São Miguel.** 1978. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1978.

MIGUEL, Salim. **Minhas memórias de escritores.** Palhoça: Ed. Unisul, 2008.

MIRANDA, Heloísa Pereira Hübbe de. **Travessias pelo sertão contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta.** 1997. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PEIXER, Zilma Isabel. **Mosaicos: Aspectos da formação Histórica do Planalto Catarinense.** In: As Identidades Culturais No Planalto Catarinense: Dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade. Florianópolis: Edições do Bosque, 2023.

PEREIRA, Valdézia. **A poesia modernista catarinense das décadas de 40 e 50.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

RAMALHO, Ednilson. **Estudos em Ciências Humanas.** 1 ed. 3 vol. Belém: Home Editora, 2024.

SÁ PORTO, Paulo Costacurta de; AZAMBUJA, Isadora de Pierri. **Padrões espaciais da economia criativa no Brasil.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 18, n. 2, p. 234-247, 2022.

SABINO, Lina Leal. **Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SACHET, Celestino. **A literatura de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

SACHET, Celestino. **A Literatura Catarinense**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

SACHET, Celestino. **A memória, o Mito e a História na Geração do Deserto**. In: SOARES, Iaponan; MIGUEL, Salim (orgs.). Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1992.

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Histórias de Santa Catarina: O Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 2001. 352 p.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

SASSI, Guido Wilmar. **Geração do Deserto: Romance**. 5. Ed. Porto alegre: Movimento, 2012. 168 p.

SASSI, Guido Wilmar. **Cronologia**. In: SOARES, Iaponan; MIGUEL, Salim (orgs.). Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1992.

SASSI, Guido Wilmar. **A entrevista de Guido**. In: MIGUEL, Salim. Salim Miguel: Minhas memórias de escritores. Palhoça: Editora Unisul, 2008.

SERPA, Élio. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SOARES, Iaponan; MIGUEL, Salim (orgs.). **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1992.

SOUZA, Manoela Nascimento. **Modernidade, modernos e modernistas**. Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.9, n.2, 2015.

VIANNA NETO, Liszt. **A Pro Arte nas mãos de judeus: Entre o modernismo alemão e a propaganda nacional-socialista**”. Locus: Revista de História, 28, n.2 (2022): 101-123. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366982627_Pro_Arte_nas_maos_de_judeus_entre_o_modernismo_alemao_e_a_propaganda_nacional-socialista. Acesso em: 20 abr. 2025.

WIJK, Flavio Braune; MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. **Os Povos Indígenas do Planalto Catarinense: Dinâmicas Históricas e Permanências**. In: As Identidades Culturais No Planalto Catarinense: Dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade. Florianópolis: Edições do Bosque, 2023.